

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2006

Fevereiro de 2007

DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1. Nome completo e oficial do órgão: **SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - SAIN.**
2. Número do CNPJ: 00.394.460/00043-09.
3. Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.
4. Vinculação Ministerial: Ministério da Fazenda.
5. Endereço completo: Esplanada dos Ministérios – Bloco P – 2º ANDAR – Brasília/DF
CEP: 70048-900.
6. Endereço da página institucional na internet: www.fazenda.gov.br/sain.
7. Código e nome do órgão: 25000 Ministério da Fazenda

Unidade Gestora – 170191

Gestão utilizada no SIAFI: 00001 – Tesouro
8. Norma de criação: Decreto nº. 5.949, de 31 de outubro de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 1º de novembro de 2006.
9. Finalidade: Consiste em assessorar o Ministro em assuntos internacionais.
10. Regimento interno: Portaria MF nº. 318, de 20 de novembro de 2001, publicada no DOU de 21 de novembro de 2001.

1. Gestão Operacional / Finalística

1.1. Competências Legais e Regimentais - Missão Institucional

NATUREZA JURÍDICA: Órgão da Administração Direta

CATEGORIA: A Secretaria de Assuntos Internacionais é um órgão, específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, cuja missão institucional consiste em assessorar o Ministro em assuntos internacionais.

FINALIDADES ESSENCIAIS / ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS – A Portaria GMF nº. 318, de 20.11.2001, aprovou o Regimento Interno da Secretaria de Assuntos Internacionais e o seu Anexo estabeleceu as seguintes atribuições regimentais:

- Acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras ou internacionais;
- Analisar as políticas dos organismos financeiros internacionais, bem como a conjuntura da economia internacional e de economias estratégicas para o Brasil;
- Participar das negociações de créditos brasileiros ao exterior;
- Planejar e acompanhar a política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior;
- Analisar as políticas financeiras de instituições internacionais e acompanhar iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira;
- Acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações necessárias ao processo de integração econômica do Brasil no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, incluindo a participação na Coordenação de Políticas Macroeconômicas;
- Participar das negociações comerciais relativas ao MERCOSUL e demais blocos econômicos e pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações necessárias à participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC e em outros organismos internacionais em matéria de comércio e investimentos;
- Participar de negociações, no âmbito da OMC e de outros organismos internacionais, em matéria de comércio e investimentos;
- Acompanhar a execução da política nacional de tarifas de importação e de exportação, no âmbito do Ministério da Fazenda, em conjunto com os órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior;
- Acompanhar as ações do Ministério da Fazenda na área de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório;
- Exercer a Secretaria-Executiva do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE; e
- Apoiar a Presidência do Comitê de Crédito às Exportações - CCEX e coordenar o financiamento oficial às exportações.

Em 31 de outubro de 2005, foi editado o Decreto nº 5.949, de 31 de outubro de 2006, que, entre outras providências, aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda. Foram alteradas as designações de 2 (duas) Coordenações-Gerais e ampliado o quantitativo de cargos comissionados de 36 para 40.

A ampliação da estrutura funcional da Secretaria de Assuntos Internacionais, ocorrida com a cessão de 4 (quatro) funções comissionadas, procurou atender, em parte, o pedido de 11 (onze) cargos em comissão do Grupo DAS, necessários para compor a equipe que deverá conduzir as atividades do Seguro de Crédito à Exportação – SCE, transferidas do IRB-Brasil Resseguros S.A., por força da Lei nº. 11.281, de 20 de fevereiro de 2006.

Informamos que o novo regimento interno da SAIN ainda não foi aprovado, tendo em vista que esta Secretaria solicitou, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sejam providenciadas alterações no citado Decreto, nos campos que tratam de suas competências e de sua estrutura regimental. Tendo em vista que o MP ainda não se manifestou a respeito das referidas solicitações, o regimento interno em vigor continua sendo aquele anexo à Portaria GMF nº 318, de 20.11.2001, cujas atribuições não correspondem integralmente às atividades desenvolvidas pela SAIN.

Esclarecemos que, atualmente, competem à SAIN as seguintes atribuições:

- Acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras ou internacionais;
- Analisar as políticas dos organismos financeiros internacionais, bem como a conjuntura da economia internacional e de economias estratégicas para o Brasil;
- Analisar as políticas financeiras de instituições internacionais e acompanhar iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira;
- Acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados;
- Participar, no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, das decisões relativas à concessão de assistência financeira às exportações, com recursos do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, e de prestação de garantia da União, amparada pelo Fundo de Garantia à Exportação - FGE;
- Assessorar a Presidência e exercer a Secretaria-Executiva do COFIG;
- Autorizar a garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos pela União, em virtude do Seguro de Crédito à Exportação - SCE, nos termos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, e da regulamentação em vigor;
- Exercer atribuições relativas ao SCE, além daquela mencionada no inciso anterior, incluindo a contratação de instituição habilitada a operar o SCE, para a execução de todos os serviços a ele relacionados;
- Adotar, dentro de sua competência, todas as medidas administrativas necessárias à execução das atividades relacionadas ao SCE;
- Adotar as providências necessárias, como mandatária da União, para a cobrança judicial e extrajudicial, no exterior, dos créditos da União, decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do SCE, com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE;
- Contratar, a critério da Secretaria, instituição habilitada a operar o SCE ou advogado, no País ou no exterior, para a prática de todos os atos necessários à execução do disposto no inciso anterior;

- Participar, no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE, das decisões relativas ao planejamento e acompanhamento da política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior;
- Participar, no âmbito do COMACE, das negociações de créditos brasileiros ao exterior, inclusive aquelas realizadas pelo Clube de Paris;
- Assessorar a Presidência e exercer a Secretaria-Executiva do COMACE;
- Participar, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, das decisões relativas à autorização da preparação de projetos ou programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as ações necessárias ao processo de integração econômica do Brasil no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, incluindo a participação na coordenação de políticas macroeconômicas;
- Participar das negociações comerciais relativas ao MERCOSUL e demais blocos econômicos e pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as ações necessárias à participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC e em outros organismos internacionais em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compras governamentais;
- Participar, no âmbito da OMC e de outros organismos internacionais, de negociações em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compras governamentais;
- Acompanhar a execução da política nacional de tarifas de importação e de exportação, em conjunto com os demais órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as políticas e ações do Governo brasileiro nas áreas de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório; e
- Participar de negociações em matéria de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório, no âmbito dos acordos comerciais, da OMC e de outros organismos internacionais.

1.2 . Público Alvo dos Processos Gerenciais

Os públicos alvos dos processos gerenciais da Secretaria são o Ministro da Fazenda, os Ministérios, a Presidência da República e instituições internacionais.

1.3 . Vinculações com o Plano Plurianual - Vinculação Programática

No Plano Plurianual 2004/2007, a ação desenvolvida por esta Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN, definida como “*Assistência Técnica em Assuntos Internacionais*”, encontra-se inserida no “*Programa de Gestão da Política Econômica*”, sob a responsabilidade da Secretaria de Política Econômica – SPE, deste Ministério da Fazenda.

A finalidade da ação compreende prestar assessoria e assistência técnica em assuntos relativos ao setor externo, incluindo política cambial, comercial, balanço de pagamentos e mercado internacional de crédito.

A missão principal da Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN consiste em atuar nos assuntos relativos à economia internacional, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentado, com ênfase na expansão do comércio exterior, na estabilidade de preços e na responsabilidade fiscal.

As metas previstas para o exercício de 2006 foram de 173 (cento e setenta e três) negociações, tendo sido 60 (sessenta) previstas pelo Gabinete e Assessoria, 23 (vinte e três) pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, 4 (quatro) pela Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos, e 86 (oitenta e seis), em conjunto, pela Coordenação-Geral de Integração Comercial e Coordenação-Geral de Políticas Comerciais. As metas realizadas no exercício foram 192 (cento e noventa e dois) negociações, tendo sido 87 (oitenta e sete) realizadas pelo Gabinete e Assessoria, 21 (vinte e um) pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, 8 (oito) pela Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos, e 76 (setenta e seis), em conjunto, pela Coordenação-Geral de Integração Comercial e a Coordenação-Geral de Políticas Comerciais.

1.4. Resultados - Incidência Social

1.4.1. GABINETE

(v. Anexos I a IV - Metas Previstas e Realizadas)

Além das atividades de supervisão das Coordenações, dos trabalhos administrativos e do assessoramento direto ao Ministro da Fazenda, o Gabinete da Secretaria de Assuntos Internacionais participou de diversos eventos e negociações no exterior, inclusive representando ou acompanhando o Ministro da Fazenda.

1.4.1.1. Participação em reuniões e seminários

Reuniões no âmbito do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20):

- Reunião de *Deputies* do G-20, Adelaide, Austrália, 20 e 21 de março de 2006.
- Reunião dos *Deputies* do G-20, Alberta, Canadá, 17 de junho de 2006
- Reunião de *Deputies* do G-20, Sydney, Austrália, 14 e 15 de outubro de 2006
- Reunião Ministerial do G-20, Melbourne, Austrália, 18 e 19 de novembro de 2006

Seminários no âmbito do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20):

- Seminário do G-20 sobre a Reforma das Instituições de Bretton Woods, Tóquio, Japão, 28 de fevereiro e 1º de março de 2006
- Seminário do G-20 sobre Novos Mecanismos de Financiamento para o Desenvolvimento, Tóquio, Japão, 27 de maio de 2006
- Seminário do G-20 sobre Energia e Recursos Naturais, Alberta, Canadá, 16 a 18 de junho de 2006
- Seminário do G-20 sobre Demografia e Mercados Financeiros, Sydney, Austrália, 24 e 25 de julho de 2006

Reuniões do Grupo dos Oito Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-8):

- Reunião dos Ministros da Fazenda do G-8, Moscou, Rússia, 11 de fevereiro de 2006
- Reunião dos Ministros da Fazenda do G-8, São Petersburgo, Rússia, 9 e 10 junho de 2006
- Reunião dos Presidentes do G-8, São Petersburgo, Rússia, 15 a 17 de julho de 2006

Reuniões do Grupo dos Quatro Ministros da Fazenda da África do Sul, Brasil, China e Índia (G-4):

- Reunião dos Ministros da Fazenda do G-4, São Petersburgo, Rússia, 10 de junho de 2006
- Reunião dos Ministros da Fazenda do G-4, Melbourne, Austrália, 17 de novembro de 2006

Reuniões do Grupo dos Vinte e Quatro Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-24):

- Reunião do Comitê Plenário do G-24, Washington, Estados Unidos, 18 de abril de 2006
- Reunião dos *Deputies* dos Ministros da Fazenda no G-24, Washington, Estados Unidos, 20 de abril de 2006
- Reunião dos Ministros da Fazenda no G-24, Washington, Estados Unidos, 21 de abril de 2006
- Reunião do Comitê Plenário do G-24, Cingapura, 14 de setembro de 2006
- Reunião de *Deputies* dos Ministros da Fazenda do G-24, Cingapura, 15 de setembro de 2006
- Reunião de Ministros da Fazenda do G-24, Cingapura, 16 de setembro de 2006

Reuniões com o *Japan Bank for International Cooperation*:

- Reunião bilateral com o *Japan Bank for International Cooperation* sobre possíveis modalidades de empréstimos, Brasília, 9 de janeiro de 2006.
- Reunião com a missão de análise econômica, do *Japan Bank for International Cooperation*, Brasília, 2 de fevereiro de 2006.
- Reunião com Diretores do *Japan Bank for International Cooperation*, Brasília, 11 de abril de 2006.
- Seminário do *Japan Bank for International Cooperation*, Tóquio, Japão, 30 de maio a 10 de junho de 2006.
- Reunião com o *Japan Bank for International Cooperation*, Brasília, 31 de maio de 2006.

Reuniões no âmbito do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM):

- Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas do FOCEM, Montevideu, Uruguai, 8 e 9 de maio de 2006
- Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas do FOCEM, Montevideu, Uruguai, 23 de agosto de 2006
- Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas do FOCEM, Montevideu, Uruguai, 4 e 5 de outubro de 2006

- Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas do FOCEM, Montevideu, Uruguai, 5 e 6 de dezembro de 2006

Reuniões no âmbito do Mercosul:

- Reunião do Grupo de Monitoramento do Mercosul (GMM), Argentina, 10 e 11 de julho de 2006.
- Reunião Extraordinária do Grupo do Mercado Comum, Córdoba, Argentina, 18 de julho de 2006.
- Reunião do Conselho do Mercado Comum, 20 de julho de 2006.
- Cúpula dos Presidentes do Mercosul, Córdoba, Argentina, 21 de julho de 2006.
- Reunião dos Ministros da Fazenda do Mercosul, Rio de Janeiro, 1º de setembro de 2006.
- Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico, Rio de Janeiro, 9 e 10 de outubro de 2006.
- Reunião do Grupo de Monitoramento Macroeconômico, Rio de Janeiro, 4 e 5 de dezembro de 2006.
- Reunião do Conselho do Mercado Comum, Brasília, 14 e 15 de dezembro de 2006.

Reuniões no âmbito do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, de caráter multilateral:

- Reunião de *Deputies* do Comitê Monetário e Financeiro Internacional, Londres, Inglaterra, 11 de abril de 2006
- Reunião de *Deputies* do Comitê de Desenvolvimento, Paris, França, 12 de abril de 2006
- Reuniões de Primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, Washington, Estados Unidos, 22 e 23 de abril de 2006
- Reunião de *Deputies* do Comitê Monetário e Financeiro Internacional, Londres, Inglaterra, 11 de setembro de 2006
- Reunião Ministerial do Comitê Monetário e Financeiro Internacional, Cingapura, 17 de setembro de 2006
- Reunião Ministerial do Comitê de Desenvolvimento, Cingapura, 18 de setembro de 2006
- Reuniões Anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, Cingapura, 19 e 20 de setembro de 2006
- Seminário do FMI sobre Estratégia de Médio Prazo, Santiago, Chile, 11 de dezembro de 2006

Reuniões no âmbito do Banco Mundial, de caráter bilateral:

- Reuniões com Banco Mundial para avaliação do DPL de Habitação, Brasília, 23 a 27 de janeiro de 2006 (coordenação e participação)
- Revisão da Carteira do Banco Mundial, Brasília, 20 de dezembro de 2006.

Conferências e Seminários Internacionais:

- Seminário sobre Abertura Comercial, FIESP, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2006.
- Conferência sobre Mecanismos Inovadores, Paris, França, 28 de fevereiro de 2006
- Seminário da *Brookings Institution* sobre Governança Global, Washington, Estados Unidos, 4 e 5 de maio de 2006

- Conferência ABCDE – Conferência Anual do Banco Mundial sobre Economia do Desenvolvimento, Tóquio, Japão, 29 e 30 de maio de 2006
- Conferência do *Institute of International Finance* - Ditchley, Villa d'Este, Itália, 22 e 23 de junho de 2006
- Seminário sobre Prevenção de Crises em Países Emergentes, Cingapura, 10 e 11 de julho de 2006
- Seminário da OCDE sobre “Perspectivas Econômicas de Curto Prazo”, Paris, França, 13 e 14 de novembro de 2006
- Seminário sobre Reavaliação do Risco Brasil, São Paulo, 11 de dezembro de 2006

Reuniões Bilaterais e Multilaterais:

- Reunião Presidencial entre Brasil, Argentina e Venezuela, Brasília, 19 de janeiro de 2006.
- Reunião com *Global Alliance for Vaccines and Immunisation (GAVI Alliance)*, *Department for International Development (DfID)* e STN, Brasília, 2 de fevereiro de 2006.
- Reunião para discussão da conjuntura econômica do IPEA, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2006.
- Reunião bilateral com John Snow, Secretário do Tesouro americano, Moscou, Rússia, 11 de fevereiro de 2006
- Reunião sobre o Mecanismo Internacional de Compras de Medicamentos com representantes da Embaixada da França, dos Ministérios da Saúde e das Relações Exteriores, Brasília, 17 de fevereiro de 2006.
- Reunião do Grupo de Trabalho Interministerial Ajuda Humanitária Internacional, Brasília, 17 de fevereiro de 2006.
- Visita Presidencial à Londres, Inglaterra, 6 a 9 de março de 2006.
- Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Belo Horizonte, 3 a 5 de abril de 2006.
- Reunião do *Institute of International Finance* com Presidentes de Bancos da América Latina, Rio de Janeiro, 7 de abril de 2006.
- Diálogo Financeiro Bilateral Brasil - China, Washington, Estados Unidos, 23 de abril de 2006
- Câmara de Comércio Brasil-EUA, Nova Iorque, Estados Unidos, 24 de abril de 2006
- Reunião da Câmara de Cooperação Bilateral Brasil-Espanha, Madri, Espanha, 12 de junho de 2006
- Reunião Técnica sobre Contribuição Solidária sobre Passagens Aéreas, Paris, França, 29 de junho de 2006.
- Reuniões com comitiva chilena em visita ao Ministério da Fazenda, 4 de julho de 2006.
- Reunião do Grupo para o Crescimento Brasil-EUA, Rio de Janeiro, 14 de julho de 2006.
- Reunião Anual do *Institute of International Finance*, Cingapura, 16 e 17 de setembro de 2006.
- Reunião com *Caisse Nationale*, Cingapura, 18 de setembro de 2006.
- Visita a Xangai e Pequim, China, 20 a 23 de setembro de 2006.
- Reunião com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2006.
- Reunião na Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico – *Brazil Survey 2006*, Paris, França, 10 de outubro de 2006
- Reunião com Vice-Ministro da Fazenda da China, Brasília, 7 de novembro de 2006.

- Reunião bilateral com Tesouro Americano, Brasília, 13 de novembro de 2006
- Reunião com a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2006

1.4.1.2. Políticas de Organismos Internacionais

- FMI/Banco Mundial: participação nas Reuniões de Primavera e Reunião Anual do FMI e do Banco Mundial; discussão das propostas das políticas a serem adotadas e definição das posições brasileiras nesses fóruns; e encaminhamento dos votos solicitados ao Governador brasileiro nos dois Organismos.
- G-24: participação nas reuniões do grupo de 24 países para a discussão de propostas de políticas a serem encaminhadas pelo Grupo para os Comitês Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) e de Desenvolvimento G-20: participação nas reuniões preparatórias do G-20 e elaboração de documentos para subsidiar a participação do Ministro da Fazenda na Reunião Ministerial do G-20, que congrega Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais de 20 países.
- G-7: participação nas reuniões especiais do G-7/G-8 com Ministros da Fazenda convidados.
- G-4: coordenação e participação das reuniões dos Ministros da Fazenda do Brasil, China, Índia e África do Sul.

Demonstrativo de Metas Previstas e Realizadas (v. Anexos I a XIV)

Metas Previstas

Anexo I

Unidade: MF/SAIN/Gabinete

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados: Robério Carlos **Cargo:** Chefe de Gabinete

Data: 31/12/2006

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões do G-20 (Grupo dos 20)	Unidade	0	1	1	2
2 - Seminários do G-20	Unidade	1	2	1	0
3 - Reuniões do G-8	Unidade	1	1	1	0
4 - Reuniões do G-4	Unidade	0	1	0	1
5 - Reuniões do G-24 (Grupo dos 24)	Unidade	0	3	3	0
6 - Reuniões do JBIC	Unidade	1	1	0	0
7 - Reuniões do FOCEM	Unidade	0	1	1	1
8 - Reuniões do Mercosul	Unidade	0	0	1	1
9 - Reuniões no âmbito do Banco Mundial / FMI - multilaterais	Unidade	0	1	2	0
10 - Reuniões no âmbito do Banco Mundial - bilaterais	Unidade	0	0	0	1
11 - Conferências e Seminários Internacionais	Unidade	1	1	1	1
12 - Reuniões Bilaterais e Multilaterais	Unidade	2	2	2	1

Obs: Todos os itens se referem a negociações

Metas Realizadas

Anexo II

Unidade: MF/SAIN/Gabinete

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados: Robério Carlos **Cargo:** Chefe de Gabinete

Data: 31/12/2006

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (para o exercício corrente/por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões do G-20 (Grupo dos 20)	Unidade (%)	1 (0%)	1 (100%)	0 (%)	2 (100%)
2 - Seminários do G-20	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	0 (%)
3 - Reuniões do G-8	Unidade (%)	1 (10%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (0%)
4 - Reuniões do G-4	Unidade (%)	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)	1 (100%)
5 - Reuniões do G-24	Unidade (%)	0 (0%)	3 (100%)	3 (100%)	0 (0%)
6 - Reuniões do JBIC	Unidade (%)	2 (200%)	3 (300%)	0 (0%)	0 (0%)
7 - Reuniões do FOCEM	Unidade (%)	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)	2 (200%)
8 - Reuniões do Mercosul	Unidade (%)	0 (0%)	0 (0%)	5 (500%)	3 (300%)
9 - Reuniões no âmbito do Banco Mundial / FMI - multilaterais	Unidade (%)	0 (%)	3 (300%)	4 (200%)	1 (0%)
10 - Reuniões no âmbito do Banco Mundial - bilaterais	Unidade (%)	1 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (100%)
11 - Conferências e Seminários Internacionais	Unidade (%)	2 (200%)	3 (300%)	1 (100%)	2 (200%)
12 - Reuniões Bilaterais e Multilaterais	Unidade (%)	7 (350%)	6 (300%)	5 (250%)	5 (500%)

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

1.4.1. A Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais - ASIC

(v. Anexos III e IV - Metas Previstas e Realizadas)

Esta Assessoria, de caráter não institucional, está vinculada ao Gabinete da Secretaria e atua nos seguintes temas de sua competência: negociações sobre comércio e acesso a mercado em Serviços, Investimentos e Compras Governamentais. Para tanto, trabalha em conjunto com a Coordenação-Geral de Integração Comercial nos diversos fóruns internacionais, subsidiando o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas decisões competentes. Atua, ainda, em uma agenda positiva, o que inclui contatos com o setor privado nos temas de sua competência. Esse trabalho envolve a participação em reuniões técnicas e a elaboração de Notas e Pareceres.

1.4.1. A.1. CAMEX - GECEX

A ASIC contribuiu com a Coordenação-Geral de Integração Comercial, assessorando o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nos temas de sua competência.

1.4.1. A.2. Serviços

Em 2006, as negociações internacionais de serviços envolveram três áreas de atuação: o multilateral (no âmbito da Rodada Doha/OMC), o bilateral (negociações MERCOSUL+1) e intra-Mercosul.

a) OMC - Serviços

A SAIN, por meio da ASIC, participa das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC representando o Ministério da Fazenda no “*Cluster*” de Serviços. O “*Cluster*” ou conjunto de reuniões mencionado refere-se a uma etapa das negociações sobre o comércio de serviços da Rodada Doha. Esse processo negociador visa aprofundar os compromissos multilaterais e melhorar as condições de acesso aos mercados dos países-membros da OMC.

As principais reuniões temáticas que envolvem o Cluster são:

- WPDR – Grupo de Trabalho sobre Regulação Doméstica

Este grupo tem por objetivo o desenvolvimento de disciplinas sobre regulação doméstica (como previsto no artigo VI: 4 do GATS). O anexo C da Declaração Ministerial de Hong Kong dispõe um mandato para que os membros estabeleçam essas disciplinas até o final da presente rodada. Na atual fase das negociações, os países estão apresentando documentos com elementos para o desenvolvimento dessas disciplinas e propostas, já em forma de texto normativo, para disciplinas em temas específicos. Os elementos identificados a partir dos documentos sobre a mesa para compor essas disciplinas são:

- i) requisitos e procedimentos de licenciamento (relativo a pessoas jurídicas);
- ii) requisitos e procedimentos de qualificação (relativo a pessoas físicas – o que pode afetar indiretamente as empresas);

- iii) padrões técnicos;
- iv) transparência; objetivo, escopo e aplicação;
- v) definições;
- vi) considerações sobre desenvolvimento em relação aos temas anteriores (incluindo assistência técnica e tratamento especial e diferenciado).

- WPG – Grupo de Trabalho sobre Regras do GATS

Este grupo trabalha tem trabalhado em três áreas: o desenvolvimento de disciplinas sobre subsídios (previsto no artigo XV do GATS) e sobre salvaguardas de emergência (previsto no artigo X do GATS) e em negociações sobre compras governamentais em serviços (previsto no artigo XIII do GATS). Entretanto, sem mandato negociador no contexto da atual rodada, há a apresentação de propostas dos países ou grupos interessados sem, contudo, uma evolução consistente. No ponto sobre salvaguardas emergenciais, recentemente o Secretariado apresentou um sumário das principais visões expressadas pelos membros sobre o tema. Há, como no caso de subsídios, uma série de dúvidas dos países membros sobre as definições, tais como dano e indústria doméstica, e sobre como aplicá-las.

- CSC – Comitê sobre Compromissos Específicos

Este Comitê, focado nas listas consolidadas de compromissos específicos de cada país, cuida regularmente dos seguintes assuntos: questões relativas ao parágrafo 2 do artigo XX do GATS, questões de classificação e questões de cronograma. Neste Comitê, debate-se as questões acerca dos cronogramas e da classificação utilizada. Contudo, o tema mais relevante em discussão é sobre a relação entre os antigos (rodada Uruguai e protocolos) e os novos compromissos (rodada Doha).

- CTS – Comitê sobre Comércio em Serviços

Trata-se de um comitê de caráter mais geral. Entre seus temas está o acompanhamento dos trabalhos de seus órgãos subsidiários (os comitês e grupos específicos), avaliação e acompanhamento dos pedidos de waiver (suspensão temporária) dos compromissos específicos, da revisão periódica dos processos de ascensão, da implementação do artigo VII do GATS (Reconhecimento), da revisão das exceções ao tratamento de nação mais favorecida, entre outros.

- CTFS – Comitê sobre Serviços Financeiros

Este Comitê trata regularmente das seguintes questões: aceitação do Quinto Protocolo, questões técnicas, desenvolvimentos recentes no comércio de serviços financeiros e propostas relativas ao GATS e ao Anexo sobre Serviços Financeiros. Quanto à aceitação do Quinto Protocolo, até o presente momento, somente Brasil, Jamaica e Filipinas ainda não ratificaram esse instrumento – o que, em todas as reuniões, resulta na manifestação de diversas delegações com a recomendação de fazê-lo.

A ASIC vem participando dessa negociação contribuindo com as posições deste Ministério nas diversas reuniões temáticas deste segmento do processo negociador, sobretudo na área de Serviços Financeiros. Em 2006, destaque-se que as negociações estiveram aquecidas até julho, quando a rodada Doha sofreu um processo de paralisação por diferenças na área agrícola. Dessa forma, trabalhos intensos, em conjunto com BC, CVM e SUSEP, foram realizados no primeiro semestre, como a preparação de ofertas revisadas e análise de posições nas reuniões temáticas, o que incluiu consultas ao setor privado.

A despeito da importância desse campo de atuação, a presença na mesa de negociações limitou-se a 03 dos 05 “clusters” realizados no primeiro semestre em função das limitações de pessoal e de orçamento. No segundo semestre, como referido anteriormente, os “clusters” previstos não foram realizados em razão da paralisação do processo negociador.

b) Negociações Bilaterais

No segundo campo, o bilateral, em 2006, o tema serviços esteve presente em uma série de negociações bilaterais, todas ainda sem conclusão. Inicialmente, MERCOSUL - UE (em continuidade), MERCOSUL-México e MERCOSUL-Canadá, ambas paralisadas, e em seguida, MERCOSUL-Israel (em continuidade), MERCOSUL-Chile e ao final, MERCOSUL Clube do Golfo (países árabes). Destaque-se as negociações com a UE, que andaram em marcha mais lenta devido às incertezas da UE quanto ao paralelismo com Doha, à falta de “competição” com os EUA para a criação de uma área de livre comércio, e devido à incerteza de como a Venezuela se incorporaria ao bloco e as próprias negociações. Quanto às negociações com o Chile, há que se destacar que não incluem em um primeiro momento serviços financeiros, mas incluem disciplinas de regulamentação doméstica.

c) Grupo de Serviços do MERCOSUL

A SAIN participa dos avanços no processo de liberalização do comércio de serviços no âmbito do MERCOSUL realizados no âmbito do Grupo de Serviços. Isso inclui a apresentação de propostas de cursos de ação e contribuição nas ofertas para as rodadas anuais de aprofundamento de compromissos.

Os temas dos quais a ASIC/SAIN tem participado mais intensamente no período recente envolve:

- Processo de aprofundamento o processo de integração – rodadas anuais de negociações para avançar na integração comercial do MERCOSUL no que tange a área de Serviços vêm ocorrendo desde a assinatura do Protocolo de Montevideu. O Protocolo entrou em vigor em 07 de dezembro do ano passado, depois de concluído o processo de ratificação do terceiro país, o Brasil. Falta ainda ao Paraguai concluir seu processo de ratificação. O referido mecanismo de rodadas anuais em que se procurou avançar os compromissos de cada país até o limite do status quo da legislação encontrou seu limite, especialmente no caso de Argentina e Brasil. O desafio, agora, está em aprofundar a integração de forma mais efetiva, particularmente no que se refere à redução/eliminação das restrições nas legislações internas. A ASIC/SAIN tem apresentado propostas no sentido de que os esforços se voltem o âmbito da harmonização de marcos regulatórios e compromissos horizontais e/ou setoriais (caminho similar ao trilhado na integração européia);
- Relacionamento externo – refere-se a todas as negociações externas do MERCOSUL no âmbito de serviços. A assessoria acompanha de perto e, sempre que há recursos humanos e financeiros, participa das iniciativas negociadoras do Brasil e do MERCOSUL na área de Serviços.
- Regulação doméstica – desenvolvimento de um marco normativo para tratar o tema no âmbito do MERCOSUL (resultado do processo negociador com o Chile);

- Proposta do Brasil sobre Comércio Eletrônico – proposta elaborada pela ASIC/SAIN. Trata-se de uma proposta de entendimento conjunto do MERCOSUL sobre comércio eletrônico em Serviços Financeiros como um dos elementos que permitirá continuar o processo conjunto de eliminação de restrições intrazona em modo 2 (consumo no exterior). A proposta visa obter o entendimento de que o comércio eletrônico se restringe ao modo 1 de prestação (transfronteiriço), permitindo maior liberalização do modo 2. Proposta semelhante foi apresentada pela SAIN no âmbito da OMC.

Em 2006, houve 4 reuniões do Grupo de Serviços – duas na Argentina e duas no Brasil. Em função das limitações de pessoal e de orçamento, a SAIN participou de 3 reuniões.

d) Outras Atividades

A SAIN também produziu um artigo sobre interesses ofensivos em serviços, visando fomentar a idéia de que há um espaço, não utilizado, para demandar junto a outros países abertura e consolidação da mesma em setores como construção, financeiros e transportes. Outro trabalho técnico focou sobre o outro lado dessa moeda, ou seja, que setores poderiam ser ofertados nas negociações internacionais, particularmente Doha.

1.4.1. A.3. Investimentos

Como assinalado no relatório do ano anterior, o principal objetivo da SAIN nesta área era consolidar o espaço do MF na coordenação do tema dentro do MERCOSUL, retomando o trabalho do Subgrupo Técnico do MERCOSUL sobre Investimentos (SGT-12), grupo este coordenado no Brasil pela SAIN. No primeiro semestre, não houve convocatória de reunião por parte da Presidência argentina. No segundo, com a presidência do Brasil e coordenação nossa, conseguimos pela primeira vez em quatro anos reunir o grupo, na sede do MF no Rio de Janeiro, em Novembro. Nessa reunião acertou-se de maneira geral como poderia ser continuado os trabalhos do grupo.

O tema também esteve presente nas negociações bilaterais entre o MERCOSUL e UE, México, Canadá, Israel e Clube do Golfo. Nesse campo, note-se que o Brasil vem negociando o tema em uma frente de acesso (onde compromissos de abertura do setor devem ser permanentes), sendo que na área de proteção (garantia pelo pagamento justo de expropriações e direito à transferência de rendas), o Brasil nunca ratificou nenhum dos 14 acordos já firmados.

1.4.1. A.4. Compras Governamentais

a) MERCOSUL – Grupo de Contratações Públicas

Trata-se do grupo técnico responsável pelas questões relativas às Contratações Públicas no âmbito do MERCOSUL. A primeira tarefa do grupo foi negociar um acordo intra-bloco. Assim, o Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL, objeto da Decisão 40/03, foi efetivamente aprovado na última reunião do Conselho Mercado Comum – CMC de 2003, em Montevideu.

O trabalho seguinte foi preparação de um projeto de regulamentação do Protocolo. Após a conclusão dessa fase inicial dos trabalhos, o projeto previa rodadas de negociação para

aprofundar o processo de integração. Entretanto, as dificuldades internas do MERCOSUL não permitiram esse processo, de forma que esse grupo está com suas atividades paralisadas há cerca de 1 ano.

b) Negociações Bilaterais

Devido à posição contrária de parte do governo brasileiro, o tema Contratações Públicas não foi tratado em negociações bilaterais. No caso da única exceção, no processo MERCOSUL - UE, onde tema está incluído, os encontros entre os 2 lados limitou-se, em 2006, a procurar definir, ainda sem sucesso, os parâmetros para a retomada efetiva das negociações.

Enquanto o processo negociador esteve ativo, a ASIC participou, dentro das limitações dos recursos humanos e orçamentários, de parte do processo negociador com os europeus nessa área. Em resumo, são as seguintes posições de cada bloco quanto aos elementos de um acordo:

	Transparência	Procedimentos	Acesso a Mercado
Proposta do MERCOSUL	Inclui Procedimentos não diretamente ligados a acesso		
Proposta da União Européia	Oferece Tratamento Especial e Diferenciado ao MERCOSUL, em Caso de Acesso.		

O Tratamento Especial e Diferenciado ofertado pelos comunitários, no caso de um acordo abrangente, ao MERCOSUL (em alguns casos, aplicados transitariamente):

- (a) possibilidade de existência de Salvaguardas para o MERCOSUL;
- (b) o MERCOSUL poderia manter a exigência de Offsets (compensações);
- (c) patamares de aplicação do Capítulo e lista de entidades diferentes dos estabelecidos para a UE;
- (d) manutenção de preferências a compras intra-Mercosul e a provedores locais.

No limiar da tentativa de concluir um acordo em 2004, o MERCOSUL apresentou a seguinte oferta: preferência de 3% nas licitações internacionais do Brasil (após preferência MERCOSUL) e processo de consultas no caso de licitações nacionais de interesse europeu que possam ser convertidas em internacionais. Essa proposta apresenta riscos maiores do que os de um acordo mais abrangente, dado que as consultas poderiam alcançar qualquer bem ou serviço. Em contraposição, os elementos favoráveis para um acordo abrangente deveriam ser levados em consideração:

- não haveria a necessidade de oferecer todas as áreas, nem incluir todas as instituições, nem todos os níveis de governo. O atual Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL é um exemplo disso.
- o mercado de Compras Governamentais da União Européia representa 15% de seu PIB. A conquista de pequenos nichos representaria um volume de transação considerável para o MERCOSUL. Os europeus sinalizaram que poderiam conceder, por um período de transição, preferência ao MERCOSUL em alguns segmentos de seu mercado de compras governamentais.
- haveria, nas áreas que o MERCOSUL concedesse acesso, economia para o Tesouro Nacional com a participação de mais licitantes.

- o Brasil conseguiria maior acesso neste mercado dos países do MERCOSUL, pois há uma cláusula de Nação Mais Favorecida no atual Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL.

c) Grupo Técnico Interministerial (GTI) sobre OFFSET

No âmbito nacional, a atuação da SAIN estava concentrada no GTI sobre OFFSET, cujo objetivo é formular a Política Nacional de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica nas aquisições de produtos de uso civil e de defesa e nas concessões públicas (OFFSET). Esse GTI é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), sendo os representantes do Ministério da Fazenda a Secretaria de Assuntos Internacionais e a Secretaria do Tesouro Nacional.

Em resumo, o offset envolve algum tipo de contrapartida por parte da empresa estrangeira que está vendendo para o Brasil, como, por exemplo, a transferência de tecnologia ou o compromisso de contratar fornecedores brasileiros. Contudo, sua aplicação não se restringe às compras de bens, mas a outros campos das contratações públicas e mesmo à definição de padrões tecnológicos a serem adotados pelo país, como o padrão da TV digital.

As compensações comerciais ou os chamados offsets fazem parte da família de práticas de “*countertrade*” e são progressivamente utilizadas nos grandes contratos de compras governamentais. Acredita-se que, aproximadamente, 40% do comércio mundial de bens e serviços esteja hoje relacionados a contratos com cláusulas de contrapartidas comerciais.

Os trabalhos do GTI chegaram a produzir dois rascunhos para um anteprojeto de Lei. Entretanto, as visões divergentes entre os ministérios não permitiram a finalização de um anteprojeto. Seria recomendável a retomada do tema no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) em função de sua competência legal acerca das Contratações Públicas.

1.4.1.A.5. O Ponto de Contato Nacional

O Ponto de Contato Nacional - PCN, destinado a promover e implementar as Diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais, foi instituído pela Portaria nº 92/MF, de 12.05.2003. O PCN Brasil é formado por representantes de 9 (nove) Ministérios e do Banco Central do Brasil e coordenado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

O grupo colegiado, dentro de sua função precípua de zelar pela efetiva implementação e divulgação da Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais no Brasil, exerce dois tipos de trabalhos. Um primeiro, mais pro - ativo, consiste em tarefas de divulgação e promoção, já o outro, de caráter mais reativo, tem como principal foco a análise de denúncias de descumprimento das diretrizes.

No que diz respeito à primeira dimensão do trabalho do PCN de divulgação e promoção, foram implementadas diversas ações, quais sejam:

- reformulação e atualização da página da internet do PCN, dotando-a de informações mais diretamente assimiláveis ao usuário e com especial preocupação em manter um estilo iterativo;
- criação de um “mailing list” informativo a respeito de ações do PCN para atores sociais interessados.
- elaboração de um modelo de denúncias para instruir os potenciais denunciantes;
- participação como palestrante no seminário “O Ponto de Contato Nacional e a Aplicação das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais”, em São Paulo, no Hotel Braston, nos dias 29 e 30 de agosto de 2006;
- concessão de entrevista para a revista “Primeiro Plano”;
- concessão de entrevista para a realização de uma dissertação de mestrado na área de responsabilidade social empresarial;

Com relação à segunda categoria do trabalho, o PCN recebe denúncias e negocia com as partes uma solução para problemas de implementação das citadas Diretrizes. Em 2006, 2 (duas) denúncias foram apresentadas, uma referente a questões ambientais e outra com relação ao tema de defesa do consumidor. A primeira reclamação foi aceita e a segunda foi indeferida por falta de foco suficientemente delimitado, bem como em razão da ausência de evidências suficientemente circunstanciadas.

No auxílio ao trabalho de explicação e informação do PCN aos denunciante e denunciados, realizaram-se 3 (três) reuniões com presença coordenador do PCN. No que tange às reuniões interministeriais, com presença de todos os representantes governamentais, foram realizadas 2 (duas) reuniões. Na primeira, ocorrida em 23 de maio de 2006, o novo coordenador apresentou-se ao grupo e expôs suas idéias e propostas em relação ao instituto. Analisou-se, além disso, uma denúncia apresentada ao órgão, que foi aceita por unanimidade. A segunda reunião ocorreu em 19 de setembro de 2006. Na ocasião, aprovou-se a Resolução PCN N° 1, referente aos procedimentos do órgão no momento de recepção de reclamações e denúncias. Em seguida, submeteu-se ao crivo do grupo uma outra denúncia, que foi unanimemente indeferida. Por fim, houve um relato de representantes do Ministério do Trabalho com relação a uma reclamação antiga, ainda pendente de análise do PCN.

Além dessas reuniões interministeriais, em junho de 2006, o PCN Brasil participou, em Paris, do Encontro Anual de Pontos de Contato Nacionais dos 37 países signatários das Diretrizes da OCDE. Na ocasião, foi apresentado e discutido o Relatório das Atividades no Brasil, relativas ao período 2005-2006.

De uma maneira geral, o PCN vislumbra, cada vez mais, abrir espaço para o debate, bem como dar assistência à comunidade empresarial, às organizações sindicais e a outras partes interessadas na resolução de questões referentes a responsabilidade social corporativa.

Metas Previstas

Anexo III

Unidade: MF/SAIN/Gabinete/Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados:

Henri Eduard S. Kistler

Erivaldo Alfredo Gomes

Data: 31/12/2006

Cargo: Assessor

Cargo: Coordenador-Geral

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - MERCOSUL - Grupo de Serviços (Reuniões)	Unidade	0	2	1	1
2 - MERCOSUL - Grupo de Contratações Públicas (Reuniões)	Unidade	0	1	0	1
3 - MERCOSUL - SGT-12	Unidade	0	0	0	1
4 - OMC - Cluster de Serviços (Reuniões)	Unidade	3	2	2	1
5 - Negociações Bilaterais	Unidade	0	1	1	2

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

Metas Realizadas

Anexo IV

Unidade: MF/SAIN/Gabinete/Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsável pelos Dados:

Henri Eduard S. Kistler

Erivaldo Alfredo Gomes

Data: 31/12/2006

Cargo: Assessor

Cargo: Coordenador-Geral

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - MERCOSUL - Grupo de Serviços (Reuniões)	Unidade (%)	0 (100%)	1 (50%)	1 (100%)	1 (100%)
2 - MERCOSUL - Grupo de Contratações Públicas (Reuniões)	Unidade (%)	0 (100%)	0 (0%)	0 (100%)	0 (0%)
3 - MERCOSUL - SGT-12	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
4 - OMC - Cluster de Serviços (Reuniões)	Unidade (%)	2 (67%)	1 (50%)	0 (0%)	0 (0%)
5 - Negociações Bilaterais	Unidade (%)	0 (100%)	1 (100%)	0 (0%)	2 (100%)

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

As metas não atingidas foram, sobretudo, em virtude de restrições orçamentárias da Secretaria. No caso da OMC, o processo negociador foi interrompido no segundo semestre. No caso do Grupo de Contratações Públicas do MERCOSUL, não houve acordo entre os membros do bloco para sua realização.

1.4.2. COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS - COAFI (v. Anexos V a X - Metas Previstas e Realizadas)

A Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI tem sob sua responsabilidade a condução de atividades que envolvem o financiamento das exportações brasileiras, o seguro de crédito dessas exportações, a recuperação de créditos soberanos e a captação de recursos externos para financiamento de projetos em território nacional. Os órgãos colegiados dos quais a Coordenação-Geral é membro ativo, representando a SAIN, conduzem programas de governo que têm como objetivo principal contribuir para a alavancagem das exportações brasileiras, gerando, por consequência, a elevação/manutenção do nível de emprego e de renda, a busca de novos mercados exportadores, bem como a elevação do ingresso de divisas no País.

Adicionalmente, em função da edição da Medida Provisória nº. 267, de 28.11.2005, convertida na Lei nº. 11.281, de 20.02.2006, que transferiu do IRB - Brasil Resseguros S.A. para a Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN, do Ministério da Fazenda, as atribuições relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação – SCE, a COAFI exerce e conduz as atividades relativas à nova atribuição da SAIN que, em nome da União, autoriza a garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos em virtude do Seguro de Crédito à Exportação, lastreadas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE.

A COAFI exerce, também, as demais atribuições relativas ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE), incluindo a contratação de instituição habilitada a operar o SCE para a execução de todos os serviços a ele relacionados, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, conforme Portaria MF nº. 416, de 16.12.2006. A COAFI está absorvendo estas funções enquanto aguarda a criação da estrutura funcional da Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação.

1.4.2.1. Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

O COFIG, órgão colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX foi criado pelo Decreto nº. 4.993, de 18.02.2004, em substituição ao Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE, extinto a partir de 1º de janeiro de 2004, pela Medida Provisória nº. 143, de 11.12.2003, e ao Comitê de Crédito às Exportações - CCEX, extinto a partir de 19 de março de 2004, pela Portaria nº. 45, de 18 de março de 2004, do Ministério da Fazenda - MF.

Ao COFIG compete enquadrar e acompanhar as operações do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, estabelecendo parâmetros e condições para a concessão de assistência financeira às exportações e prestação de garantia da União. Assim, a partir da criação do referido Comitê, os assuntos referentes ao PROEX e ao FGE passaram a ser tratados em um único Comitê.

A Presidência do COFIG é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e sua Secretaria-Executiva está a cargo do representante do Ministério da Fazenda, no caso a Secretaria de Assuntos Internacionais. O Comitê é composto, ainda, por representantes do Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Casa Civil da Presidência da República; e Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Participam também do COFIG, como convidados, representantes do Banco do Brasil S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE.

Secretaria-Executiva

Em 2006, a Secretaria de Assuntos Internacionais, que exerce a Secretaria-Executiva do COFIG, representada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, organizou e participou ativamente de todas as reuniões do Comitê, distribuiu documentação para os membros do COFIG, elaborou pautas comentadas e atas com as deliberações do COFIG, bem como coordenou as reuniões do Grupo de Apoio Técnico – GAT e reuniões de Grupos Técnicos criados para elaborar estudos relacionados ao FGE e ao PROEX.

Reuniões

Reuniões Ordinárias e Extraordinárias: realizadas com a presença de pelo menos 5 membros do Comitê (titulares ou suplentes), dentre eles o Presidente ou o Secretário-Executivo, para deliberar sobre os diversos assuntos da pauta.

Reuniões Prévias: realizadas dois dias antes das reuniões ordinárias, com participação dos suplentes e assessores, para discussão técnica dos assuntos da pauta.

No exercício de 2006 foram realizadas 11 (onze) Reuniões Ordinárias do COFIG (19ª a 29ª) e 01 (uma) Extraordinária (10ª). A partir de maio, sob a coordenação da Secretaria-Executiva, foram realizadas 8 reuniões prévias.

Regimento Interno

O Regimento Interno do COFIG, em sua totalidade, foi aprovado pelo Comitê na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 18.04.2006. Na oportunidade o Comitê recomendou à Secretaria-Executiva que fizesse a revisão do texto aprovado e, posteriormente, desse conhecimento aos demais Membros do COFIG.

Na 24ª e 26ª Reuniões Ordinárias, realizadas respectivamente, em 02.08 e 27.09.2006, a Secretaria-Executiva informou aos Membros do COFIG que estava procedendo à revisão do texto aprovado e fazendo as adaptações necessárias, em função da edição da Medida Provisória nº. 267/2005, convertida na Lei nº. 11.281/2006, que transferiu do IRB - Brasil Resseguros S.A. para a Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN, do Ministério da Fazenda, as atribuições relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação – SCE.

Em outubro, concluído o trabalho de revisão e adaptação do texto, o Regimento Interno foi encaminhado aos Membros e convidados do COFIG, para conhecimento e comentários. Os representantes do Ministério das Relações Exteriores – MRE e do Banco do Brasil S.A. encaminharam sugestões e/ou questionamentos a respeito, que se encontram sob análise da Secretaria-Executiva do Comitê, exercida pela SAIN.

Grupos de Trabalho

A COAFI, em face das suas atribuições, incluindo o mandato conferido pela União para operar o Seguro de Crédito à Exportação, participou ou coordenou os seguintes Grupos de Trabalho ao longo do exercício de 2006:

(1) GT – MPME (Micro, Pequenas e Médias Empresas): Criado pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações, em sua 21ª Reunião Ordinária, realizada em 29.03.2006, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, com o objetivo de discutir e apresentar proposta para a implementação de mecanismos de apoio à exportação de Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME.

Após a realização de 6 (seis) reuniões a proposta do Grupo de apoio do seguro de crédito à exportação nas fases pré e pós-embarque, foi concluída e submetida ao COFIG em sua 23ª Reunião ordinária, realizada em 28.06.2006, sendo retirada de pauta para análise e manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

O assunto voltou à pauta do COFIG em sua 26ª Reunião Ordinária, realizada em 27.09.2006, ocasião em que o Comitê aprovou o encaminhamento do assunto ao Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, órgão responsável pelas políticas de comércio exterior.

Em outubro, mediante consulta extraordinária, o projeto de apoio às MPME foi aprovado pelos Ministros da CAMEX e encontra-se em fase de normatização para oferta ao mercado.

(2) GT – Intercompanies: O GT foi instituído pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, em sua 20ª Reunião Ordinária, realizada em 07.03.2006, sob a coordenação da Secretaria-Executiva, com o objetivo de rever e definir novos critérios para a concessão de equalização de taxa de juros pelo Banco do Brasil, dentro do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, por delegação do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, em operações entre empresas do mesmo grupo (*intercompanies*).

No decorrer de 2006 foram realizadas 5 (cinco) reuniões do Grupo e o relatório final encontra-se em fase de elaboração, para apresentação ao COFIG, contemplando a proposta de nova alçada para o Banco do Brasil S.A.

(3) GT – FGE/Setor Aeronáutico: As perspectivas de ampliação das exportações do setor aeronáutico e a proposta do BNDES de alteração da participação do banco na estrutura da operação de recuperação das aeronaves, em caso de sinistro, levaram à criação de grupo de discussão do assunto, com a participação do BNDES, SBCE, SAIN e STN, para definir os novos procedimentos a serem adotados. Nesse sentido, foram realizadas várias reuniões em 2006 e o assunto ainda não foi concluído:

09.11.2006 – A reunião teve por objetivo resolver as diferenças entre as propostas do BNDES e da SBCE, obter a aprovação da SAIN e, posteriormente, submetê-las à EMBRAER. Busca-se criar um procedimento automático de retomada, manutenção e recolocação das aeronaves, na hipótese de inadimplemento do importador. Conforme a proposta do BNDES essa função passaria a ser do exportador (EMBRAER), o que implica alteração do modelo de certificado, a ser avaliada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;

11.12.2006 – Foi realizada visita à PGFN para apresentação da proposta, ainda em fase de ajustes, e identificação de eventuais impedimentos legais para a sua finalização; e

21.12.2006 – Nessa reunião foram identificadas novas dificuldades de ordem normativa, para as quais deverão ser submetidas alternativas para análise da PGFN.

Notas Técnicas

FGE/Seguro de Crédito à Exportação – PROEX: em 28 de julho, a SAIN/COAFI elaborou e encaminhou ao Gabinete do Ministro da Fazenda, nota técnica sobre a posição de financiamentos concedidos à Bolívia, com recursos do PROEX e com garantia do FGE, para subsidiar o Sr. Ministro em reunião com representante do Governo boliviano.

FGE/Seguro de Crédito à Exportação – PROEX: em 11 de agosto, a SAIN/COAFI elaborou e encaminhou nota técnica ao Secretário de Assuntos Internacionais e Secretário-Executivo do COFIG sobre o posicionamento do Ministério da Fazenda na negociação referente aos novos créditos solicitados por Angola, para financiamento de exportações brasileiras para aquele país.

Negociações Bilaterais

Angola: Tendo em vista a solicitação do Governo de Angola no sentido de rever o Memorando de Entendimentos Brasil-Angola, em 2006 foram iniciadas negociações com representantes daquele país, conduzidas pelo Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, as quais foram preparadas e analisadas pela COAFI, e acompanharam o seguinte cronograma de reuniões:

29.06.2006 - Apresentação do pleito formulado pelo Governo de Angola, em reunião realizada no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC;

10.07.2006 – Exame das premissas para concessão de crédito a Angola;

19.07.2006 – Elaboração de proposta a ser apresentada aos representantes do Governo de Angola, considerando as dificuldades inerentes às restrições orçamentárias para a aprovação imediata da revisão proposta por aquele país, sugerindo, alternativamente, a utilização do BNDES como instrumento para viabilizar o aumento solicitado. A propósito, foi lembrado que o Memorando de Entendimentos também prevê a utilização do BNDES, com o Seguro de Crédito à Exportação, para a concessão de créditos para Angola;

10.08.2006 – A solicitação do Governo de Angola de aumento dos recursos brasileiros para financiar as exportações brasileiras para aquele país foi apresentada à CAMEX em 08.08.2006. Diante dessa nova demanda, a CAMEX confirmou a indicação da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda para negociar com os representantes de Angola, levando em consideração as seguintes premissas: a) confirmar o consenso entre os membros do COFIG quanto à expansão dos recursos destinados a financiar exportações brasileiras para Angola; b) apresentar proposta de aprimoramento das garantias prestadas por Angola; c) avaliar o custo da operação para o Governo de Angola; e, d) buscar soluções para a origem dos recursos adicionais destinados ao financiamento das exportações brasileiras solicitados por Angola; e

21.08.2006 – Reunião com os representantes do Governo de Angola e definição dos termos do Aditivo ao Memorando de Entendimento Brasil-Angola, cujo documento final foi assinado pelas partes em 23.08.2006.

Cuba: A SAIN/COAFI participou de negociações realizadas em Havana, no período de 21 a 25 de janeiro de 2006, com representantes do Governo cubano, para definição de sistema adequado de garantias, inclusive colaterais, para mitigar as condições de risco de novas operações de financiamento de exportações brasileiras para aquele país, com recursos do PROEX - Financiamento. A delegação brasileira, chefiada pelo Ministério das Relações Exteriores – MRE, contou com a participação de Membros do COFIG (SAIN/MF, Casa Civil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Banco do Brasil S.A., BNDES, SBCE) e do Ministério da Saúde.

1.4.2.1.1. Fundo de Garantia à Exportação – FGE / Seguro de Crédito à Exportação - SCE

Em decorrência da transferência, do IRB – Brasil Resseguros S.A. para o Ministério da Fazenda, das atribuições referentes à concessão de garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários, assumidas em virtude do Seguro de Crédito à Exportação – SCE ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação – FGE, esta Secretaria, por meio da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, examinou as solicitações de exportadores brasileiros abaixo listadas, com vistas à autorização da concessão de garantia pela União.

Natureza da Operação	Quantidade	Países/ Destino	Valor/Exportação (US\$)	Prêmios Previstos (US\$)
Promessa de Garantia	40	16	3.101.908.459,33	160.742.750,83
Certificado de Garantia	15	7	304.545.802,74	6.954.963,89
Apólices/Adiantamentos	13	8	780.515.652,58	15.847.535,64
Indeferimentos	2	1	2.021.663,00	0,00

Cumprе destacar que esses pleitos foram distribuídos conforme o encaminhamento conferido a cada uma delas. Assim, as operações foram divididas em: Promessas de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação – PG’s (40); Certificados de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação – CG’s (15), na forma de Condições Particulares e, eventualmente, também como Condições Especiais; Adiantamentos às Apólices anteriormente emitidas, uma vez que ainda encontram-se em vigência as garantias conferidas antes da assunção do serviço pelo IRB (13); bem como em operações que não tiveram o risco aprovado e, por isso, foram objeto de indeferimento (2). Os pleitos examinados pela COAFI totalizaram cerca de US\$ 4,2 bilhões de exportações brasileiras e US\$ 183,5 milhões de previsão de arrecadação de prêmio de seguro.

Por fim, vale ressaltar que todas as operações mencionadas foram objeto de análise pela empresa contratada para operar o Seguro de Crédito à Exportação, cujo “Relatório Executivo” específico para cada operação, envolvendo a análise econômico-financeira do importador, o risco-país, a análise setorial e o histórico das empresas envolvidas na operação, foi tempestivamente submetido à apreciação desta Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, do COFIG e, conforme o caso, também à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Grupos de Trabalho

GT – FGE/Emissão de Boletos: Tendo em vista a impossibilidade de o IRB - Brasil Resseguros S.A. continuar com a emissão de boletos de arrecadação do prêmio de seguro, das operações amparadas pelo Fundo de Garantia à Exportação – FGE, em função da transferência dos serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação, daquele Instituto para a SAIN, foi constituído Grupo de Trabalho com o objetivo de propor alternativas àquele procedimento. O GT, coordenado pela COAFI/SAIN, contou com a participação de representantes da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do IRB - Brasil Resseguros S.A., do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Banco do Brasil S.A. e da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE.

O GT reuniu-se em duas ocasiões, em 05.12 e 11.12.2006, com o objetivo de propor um procedimento que permita que o preço de cobertura a ser recolhido pelo exportador pela concessão do seguro de crédito à exportação seja creditado diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional. Após essas reuniões, restou definido que o recolhimento do prêmio, a partir de 1º de janeiro de 2007, se daria por meio da emissão da GRU - Simples pela Seguradora, com o layout do Tesouro Nacional, após a operação ser concretizada, o que ocorre com a assinatura da Promessa de Garantia pelo Secretário de Assuntos Internacionais.

Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Contratação Emergencial: consulta realizada em 30 de junho de 2006 sobre a contratação emergencial de Seguradora (2º contrato) para execução dos serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (de junho a dezembro de 2006).

Em 15 de dezembro, foi realizada nova consulta à PGFN sobre a contratação emergencial de Seguradora (3º contrato) para execução dos serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação, tendo em vista que o processo licitatório não havia sido concluído.

Modelos e Aditivos: durante o ano de 2006 foi efetuada 01 consulta sobre confirmação jurídica da documentação relativa à aprovação de Promessa de Garantia, Renovação de Promessa de Garantia e Certificado de Cobertura de Garantia (modelos); 07 consultas sobre Emissão de Promessa de Garantia; 01 sobre Emissão de Certificado de Garantia; 02 sobre Termo de Aditamento às Condições Particulares do Certificado de Garantia; e 01 consulta sobre a proposta de alteração do modelo de Certificado.

Sinistros e Renegociação: foram efetuadas 12 consultas sobre regulação e pagamento de sinistro e 03 sobre renegociação de dívidas honradas pelo FGE para pagamento de sinistro.

Orçamento do Fundo de Garantia à Exportação - FGE

Proposta Orçamentária do FGE para 2007: em maio de 2006, a SAIN/MF encaminhou à SPOA/SE/MF Proposta Orçamentária do Fundo de Garantia à Exportação - FGE para o exercício de 2007, elaborada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, da ordem de R\$ 436,9 milhões de receitas e R\$ 51,8 milhões de despesas, levada ao conhecimento do COFIG na 29ª Reunião Ordinária, realizada em 21.12.2006.

Em junho de 2006, encaminhou à SPOA/MF comentários a respeito da reestimativa de receitas do Fundo para o exercício de 2007.

Em agosto de 2006, encaminhou à SPOA/MF o mapa com a distribuição dos valores entre as duas rubricas orçamentárias do FGE, conforme limite orçamentário global fixado pela Secretaria de orçamento Federal – SOF.

Orçamento do FGE para 2006: em março, adotou providências junto à SPOA/MF no sentido de ampliar a dotação orçamentária da rubrica referente à remuneração de agentes pela recuperação de haveres e operacionalização do seguro de crédito à exportação, aprovada pela Medida Provisória nº. 290, de 12.04.2006.

Monitorou periodicamente, a execução orçamentária do Fundo.

Edital de Licitação – Concorrência nº. 1 SAIN/MF

A elaboração do edital de Licitação com o objetivo de contratar empresa (Seguradora) para a prestação dos serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação exigiu diversas reuniões com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a seguir listadas, além de encontros com os membros do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, com o objetivo de dar conhecimento das providências adotadas por esta Secretaria e, também, colher contribuições para o edital.

08.02.2006 – Definição, com a participação dos membros (representantes) do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG, dos parâmetros a serem observados para a elaboração do edital de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviços relacionados ao SCE. Assim, foram definidas as seguintes condições: PARÂMETROS TÉCNICOS: 1) Proposta de Modelagem do Seguro de Crédito à Exportação para as Operações com Garantia da União; 2) Proposta de Apólice de Seguro de Crédito à Exportação; 3) Modelo de Precificação do Risco de Crédito do Setor Aeronáutico; 4) Banco de Dados com Cadastro de Importadores; 5) Sistema “On Line” entre a Seguradora, Exportadores e Bancos Financiadores; 6) Supervisão dos Riscos do FGE; 7) Participação *Berne Union*; 8) Intercâmbio de Contato com Outras Agências Governamentais e Multilaterais de Crédito; 9) Logística/Estrutura e Pessoal Qualificado; 10) Proposição de Parâmetros para a Prestação de Serviços.

03.03.2006 – Novo encontro com membros (representantes) do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG para discutir parâmetros, bem como obter contribuições, de maneira informal para a elaboração de edital de licitação, com vistas a contratar empresa prestadora de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE) para operações de médio e longo prazo.

17.03.2006 – Publicação no Diário Oficial da União, da Portaria SAIN/MF nº. 9, de 16 de março de 2006, que cria a Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN.

21.03.2006 – Encaminhamento, em caráter confidencial, da minuta de Edital aos membros do COFIG, conforme decisão da CAMEX.

07.04.2006 – Envio de minuta do edital de Licitação para análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

27.04.2006, 03.05.2006, 05.05.2006, 08.05.2006, 12.06.2006, 19.06.2006 e 22.06.2006 - Reuniões com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN para a orientação/correção de diversos pontos: necessidade da contratação, projeto básico, definição de punições/sanções para o caso de descumprimento do contrato, nomeação da Comissão Especial de Licitação, prazos, fatores para ponderação (licitação técnica e preço), justificativas, contrato, índice de reajuste.

13.06.2006 – Envio de nova minuta do Edital de Licitação para análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com a inclusão de sugestões oferecidas por aquele órgão jurídico.

05.10.2006 – Reunião da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria SAIN nº. 9, de 16.03.2006.

10.10.2006 – Reunião realizada entre os membros da Comissão Especial de Licitação e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN para definição do Edital.

24.11.2006 – Publicação no Diário Oficial da União do Edital de Licitação referente à CONCORRÊNCIA nº. 01/2006 SAIN/MF, para contratação de instituição habilitada a operar o Seguro de Crédito à Exportação para a execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação de médio e longo prazo com risco do Fundo de Garantia às Exportações – FGE, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Projeto Básico, que se constitui em parte integrante deste Edital.

Notas Técnicas

- **Primeira Emergência – Contratação de Seguradora:** em 05 de janeiro, a SAIN/COAFI encaminhou a Nota Técnica nº. 005/COFIG/SAIN-MF, ao Secretário de Assuntos Internacionais, sobre a Proposta Comercial, Razão da Escolha e Justificativa de Preço para contratação da SBCE em caráter emergencial.

Em 13 de março, a SAIN/COAFI encaminhou ao Secretário de Assuntos Internacionais a Nota Técnica nº. 103/COAFI/SAIN-MF, que trata do Projeto Básico para a contratação de Seguradora.

- **Edital de Licitação:** em 31 de março, foi encaminhada aos membros da Comissão de Licitação a Nota Técnica nº. 127-A/SAIN/MF, que dispõe sobre Parâmetros Técnicos para nortear os trabalhos da Comissão com vistas à contratação da empresa prestadora de serviços no âmbito do SCE.

- **Segunda Emergência – Contratação de Seguradora:** em 29 de junho, por meio da Nota Técnica nº. 265/SAIN-MF, foi dado conhecimento ao Secretário de Assuntos Internacionais, da necessidade de uma nova contratação emergencial de empresa prestadora de serviços relacionados ao SCE, incluindo a respectiva Proposta Comercial.

Em 05 de julho, foi encaminhada ao Secretário de Assuntos Internacionais a Nota nº. 233/SAIN/MFM, que trata do Projeto Básico para a nova contratação emergencial de empresa habilitada a operar o SCE.

- **Terceira Emergência – Contratação de Seguradora:** em 06 de dezembro, a SAIN/COAFI encaminhou ao Secretário de Assuntos Internacionais, a Nota Técnica nº. 452/SAIN-MF sobre a terceira contratação emergencial da empresa prestadora de serviços relacionados ao SCE, tendo em vista que o processo de licitação ainda não havia sido concluído, e a vigência do atual contrato expirar em 26.12.2006.
- **Primeira Indenização de Serviços:** em 21 de fevereiro, foi encaminhada a Nota Técnica nº. 066/COAFI/SAIN-MF, ao Secretário de Assuntos internacionais, dispondo sobre o pagamento à Seguradora, sob a forma de indenização por serviços prestados em relação ao SCE, no período de 1º .01 a 10.01.2006, em razão da não formalização de contrato emergencial.
- **Nova Estrutura SAIN:** em 03 de março, foi enviada ao Secretário de Assuntos Internacionais a Nota Técnica nº. 088/SAIN-MF propondo a criação de estrutura no âmbito da SAIN, para o cumprimento das atribuições relativas ao SCE, transferidas do IRB para o Ministério da Fazenda

Em 07 de agosto, foi encaminhada a Nota Técnica nº. 306/SAIN-MF, ao Secretário de Assuntos Internacionais, lembrando os riscos relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação, em caso de não aprovação da nova estrutura da SAIN.

Em 14 de novembro, foi encaminhada a Nota Técnica nº 454/SAIN/MF, ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, informando o recebimento de apenas 4 (quatro) cargos do Grupo de Assessoramento Superior – DAS dos 11 (onze) solicitados e reiterando a necessidade dos 7 (sete) cargos restantes.

- **Segunda Indenização de Serviços:** a Nota Técnica nº. 265/SAIN/MF, de 29 de junho, encaminhada ao Secretário de Assuntos Internacionais, anteriormente citada, além da nova contratação emergencial, trata do pagamento à Seguradora, sob a forma de indenização por serviços prestados em relação ao SCE, no período de 30.06 a 09.07.2006, em razão da não formalização de contrato emergencial.

Outros Assuntos

Contratação Emergencial de Prestadora de Serviços no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação: Tendo em vista que o contrato firmado entre o IRB - Brasil Resseguros S.A. e a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, referente à execução dos serviços relacionados ao SCE, expirou em 31.12.2005, julgou-se necessária a contratação emergencial da própria SBCE, por um período de até 180 (cento e oitenta) dias, tempo necessário para que a SAIN fizesse a licitação para a contratação de operadora do seguro de crédito à exportação na

modalidade técnica e preço. Dessa forma, no exercício de 2006, foram firmados dois contratos emergenciais entre a SAIN e a SBCE, para condução dos serviços relacionados ao SCE:

Primeiro Contrato Emergencial, firmado em 20.01.2006: considerando a necessidade da contratação emergencial, esta Secretaria adotou as providências pertinentes, incluindo a elaboração de projeto básico, justificativa da escolha da empresa a ser contratada, exame da proposta comercial e justificativa do preço, conforme orientação da PGFN, a fim de permitir a contratação emergencial a partir de 20.01.2006 da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE; e

Segundo Contrato Emergencial, firmado em 14.07.2006: não obstante os grandes esforços efetuados por esta SAIN, não foi possível concluir, no primeiro semestre de 2006, o processo licitatório para a contratação de Seguradora (instituição habilitada a operar o SCE) para disponibilização e execução de todos os serviços relacionados ao SCE. Além disso, o contrato firmado emergencialmente entre esta SAIN e a SBCE, em 20.01.2006, para a prestação dos referidos serviços, encerrou-se em 29.06.2006. Assim sendo, faz-se necessária nova contratação emergencial de Seguradora, nos termos do inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, devendo os serviços serem prestados no máximo até 180 (cento e oitenta) dias da ocorrência da situação emergencial (30.06.2006). Novamente esta Secretaria teve que adotar as providências cabíveis elaboração de projeto básico, justificativa da escolha da empresa a ser contratada, exame da proposta comercial e justificativa do preço, para viabilizar a contratação.

Terceiro Contrato Emergencial: tendo em vista que o processo licitatório não foi concluído no segundo semestre de 2006, e o segundo contrato teve a sua vigência expirada em 26.12.2006, a SAIN adotou as providências para a terceira contratação emergencial da empresa prestadora de serviços relacionados ao SCE (nota técnica, projeto básico, consulta à PGFN, etc.). Entretanto, o contrato não foi firmado.

Em setembro e dezembro, foram realizadas visitas técnicas à SBCE, no Rio de Janeiro, com a finalidade de promover fiscalização nos termos dos artigos 58 e 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Cláusula 5ª, SEÇÃO IV: DAS AUDITORIAS, constante nos Contratos de Prestação de Serviços, firmados entre esta Secretaria e à SBCE.

Exposição do FGE em 2006: informou mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional o montante do risco assumido pelo Tesouro, decorrente de operações realizadas no âmbito do FGE.

Relatório de Metas do FGE para 2006: preparou e elaborou relatório com as metas operacionais e financeiras do FGE para o exercício de 2006.

Prestação de Contas do FGE: encaminhou relatório de prestação de contas do FGE, relativo ao exercício financeiro de 2006, à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria - Geral da União, para posterior exame do Tribunal de Contas da União.

Recuperação de Créditos: em dezembro foi realizada uma viagem à SBCE, no Rio de Janeiro, para participar de reunião sobre a recuperação de créditos na Argentina.

1.4.2.1.2. Programa de Financiamento às Exportações - PROEX

O PROEX é um programa governamental, instituído pela Lei nº. 8.187, de 1º de junho de 1991, revogada pela Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, com o objetivo de incentivar as exportações brasileiras de bens e serviços, mediante a concessão de apoio financeiro às empresas exportadoras, com recursos orçamentários da União.

Comissão de Programação Financeira do PROEX - CPF

A CPF foi criada pela Portaria Interministerial nº. 496, de 3 de setembro de 1993, com a incumbência de elaborar as propostas para a programação financeira mensal do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Em 2006, sob a supervisão da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, foram realizadas 12 (doze) reuniões de previsão de liberação de recursos e de acompanhamento (61ª a 72ª).

Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER

Juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Secretaria-Executiva do COFIG autorizou o Banco do Brasil S.A. a proceder a alterações de cronogramas de entregas, de alinhamento e preços e de modelos de aeronaves produzidas pela EMBRAER para venda a diversos importadores, envolvendo 296 (duzentos e noventa e seis) Registros de Créditos - RCs, tendo obtido o referendo do COFIG para as autorizações concedidas.

Orçamento do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX

Proposta Orçamentária do PROEX para 2007: coordenou as reuniões de elaboração da proposta orçamentária do PROEX para o exercício de 2007, da ordem de R\$ 1,9 bilhão de dotação para Financiamentos e R\$ 950,5 milhões para Equalização de Taxas de Juros, levada ao conhecimento do COFIG na 24ª Reunião Ordinária, realizada em 02.08.2006.

Orçamento do PROEX para 2006: monitorou periodicamente a execução orçamentária do Programa.

Outros Assuntos

ENAEX: participou do 26º Encontro de Comércio Exterior - ENAEX, realizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB, no período de 30 de novembro a 01 de dezembro de 2006, no Rio de Janeiro (RJ).

Metas Previstas

Anexo V

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

Sinopse do Objeto: Organizar reuniões, distribuir documentação para os membros do COFIG, além de prover informações e prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, na qualidade de Secretário-Executivo e Presidente do Comitê, respectivamente, bem como participar de negociações bilaterais provenientes das atividades do COFIG.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto
Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Secretário-Adjunto

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2006

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Preparação de pastas para os membros do COFIG, com documentação sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias.	Unidade	12	12	12	12
2 - Distribuição do material por meio eletrônico	Unidade	60	60	60	60
3 - Preparação de pautas comentadas com as recomendações sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias, para subsidiar o Presidente e o Secretário-Executivo do COFIG.	Unidade	3	3	3	3
4 - Elaboração de atas das Reuniões Ordinárias do COFIG.	Unidade	3	3	3	3
5 - Elaboração de comunicados sobre as decisões do COFIG e encaminhamento à Presidência do Comitê para expedição aos agentes (Banco do Brasil e SBCE)	Unidade	3	3	3	3
6 - Participação em negociações bilaterais	Unidade	1	1	1	1

Obs: O COFIG é composto por 7 membros e 4 convidados e a previsão de realização de reuniões é de uma por mês. Apenas o item 6 se refere a negociações.

Metas Realizadas

Anexo VI

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

Sinopse do Objeto: Organizar reuniões, distribuir documentação para os membros do COFIG, além de prover informações e prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, na qualidade de Secretário-Executivo e Presidente do Comitê, respectivamente, bem como participar de negociações bilaterais provenientes das atividades do COFIG.

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2006

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Preparação de pastas para os membros do COFIG, com documentação sobre operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias.	Unidade (%)	12 (100%)	12 (100%)	12 (100%)	12 (100%)
2 - Distribuição do material por meio eletrônico	Unidade (%)	60 (100%)	60 (100%)	60 (100%)	60 (100%)
3 - Preparação de pautas comentadas com as recomendações sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, para subsidiar o Presidente e Secretário-Executivo do COFIG.	Unidade (%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
4 - Elaboração de atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do COFIG	Unidade (%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
5 - Elaboração de comunicados sobre as decisões do COFIG e encaminhamento à Presidência do Comitê para expedição aos agentes (Banco do Brasil e SBCE)	Unidade (%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
6 - Participação em negociações bilaterais	Unidade (%)	1 (100%)	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)

Obs: O COFIG é composto por 7 membros e 4 convidados e a previsão de realização de reuniões é de uma por mês.
Apenas o item 6 se refere a negociações.
As metas para o 2º e 4º trimestres de 2006, referente ao item 6, não foram atingidas em função de que as negociações previstas para aqueles trimestres não foram realizadas.

1.4.2.2. Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE

O COMACE, órgão colegiado, foi instituído pela Portaria Interministerial nº 188, de 23 de outubro de 1989, e reorganizado pelo Decreto nº 2.297, de 11 de agosto de 1997, tendo o seu funcionamento delineado pelo Regimento Interno anexo à Portaria nº 350, de 26 de dezembro de 1997.

Ao COMACE compete: (a) definir parâmetros e analisar modalidades alternativas para a renegociação de créditos brasileiros; (b) proceder à análise de risco-país; (c) fixar critérios para a concessão de novos créditos; (d) indicar limites de exposição por país; e (e) indicar limites das obrigações contingentes do Tesouro Nacional em garantias e seguros de créditos à exportação.

A Presidência do COMACE é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e sua Secretaria-Executiva está a cargo do Secretário de Assuntos Internacionais deste Ministério. O COMACE é composto, ainda, por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Ministério das Relações Exteriores - MRE; Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A. e do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Secretaria-Executiva

Em 2006, a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, que representa a Secretaria-Executiva do COMACE no âmbito da Secretaria de Assuntos Internacionais, tratou e acompanhou os seguintes assuntos:

Reuniões no Clube de Paris

Tour d'Horizon - (18.01.2006): Brasil - Pré-Pagamento (pronunciamento da Embaixadora do Brasil na França, Sra. Vera Pedroza Martins de Almeida, a respeito da intenção do Brasil em efetuar o Pré-Pagamento da sua dívida com os credores do Clube de Paris); Nigéria (apresentação das informações acerca da conclusão do Acordo Bilateral e informação sobre pagamentos recebidos); Angola (discussão acerca dos pontos mencionados no *Working Paper* distribuído pelo Secretariado; informações do Fundo Monetário Internacional - FMI e do Banco Mundial; relato da situação específica de cada credor; manifestação brasileira para informar que não havia autorização das autoridades brasileiras para divulgar os dados da dívida Angola-Brasil).

Tour d'Horizon - (07.03.2006): Angola (informações acerca dos contatos mantidos entre o Presidente do Clube de Paris e o Ministro das Finanças de Angola acerca das possibilidades de se progredir na cobrança da dívida aos credores do Clube); Nicarágua (dificuldades encontradas pelo país na implementação integral da Iniciativa HIPC junto à Líbia, país credor que não participa do Clube); Nigéria (levantamento das informações sobre a assinatura dos bilaterais; informações sobre transferências efetuadas pelo *BIS Bank for International Settlements*); República Democrática do Congo (informações acerca da capacidade de pagamento do país; verificação da possibilidade de novo perdão intermediário entre o *decision point* e o *completion point*).

Tour d'Horizon - (05.04.2006): Guiné (nova tabela a ser preenchida com dados acerca dos atrasados da dívida); Nigéria (revisão do acordo *PSI - Policy Support Instrument*, submetida à diretoria do FMI; conclusão do reescalonamento em fase de finalização sem perspectiva de problemas); Angola (cancelamento do encontro previsto entre as autoridades angolanas e os credores; nova coleta de dados sobre a dívida; nova opção do Brasil em não divulgar as informações).

Tour d'Horizon - (10.05.2006): Guiné (retirada da pauta); Nigéria (revisão do acordo *PSI - Policy Support Instrument*, aprovada pela diretoria do FMI; informação de alguns credores; manifestação do Brasil acerca do encaminhamento para aprovação do Senado Federal); Angola (alteração da pauta e manobra do Clube excluiu o Brasil das discussões, onde foi votado e concedido ao Presidente do Clube um mandato em nome dos credores membros para iniciar um processo de negociação com o devedor).

Tour d'Horizon - (13.06.2006): Nigéria (informações veiculadas na imprensa acerca de um possível *buyback* da dívida privada); Sudão (levantamento da situação do país junto a todos os credores tendo em vista postura que vem sendo adotada em confronto com a sua classificação HIPC, utilizando-se de empréstimos não concessionais); República Democrática do Congo (problemas com o FMI impedindo a conclusão de novo acordo); Angola (informações do FMI indicam risco país moderado para o caso angolano; dados gerais sobre a economia do país; nova postergação por parte do devedor em agendar encontro com os credores); Brasil - Pré-Pagamento (manifestação brasileira informando acerca dos valores totais pagos na operação de Pré-Pagamento da dívida do Brasil, da ordem de US\$ 1,74 bilhão, restando apenas pendências com a Alemanha, Canadá e Itália; prazo estendido, até 30 de junho de 2006, para regularização).

International Policy Forum - (14.06.2006): Conferência organizada pelo Ministério das Finanças, Indústria e Comércio da França, dentro das festividades do 50º Aniversário do Clube de Paris, onde foram abordados temas relacionados à arquitetura financeira internacional, sustentabilidade da dívida dos países e o papel do Clube de Paris nesse cenário.

Tour d'Horizon - (18.07.2006): Nicarágua (implementação do alívio da dívida nos termos HIPC; relações do devedor com a Líbia; carta de 23.06.2006); Guiana (intenção do Governo em reestruturar bônus da dívida em termos mais favoráveis que os concedidos ao Clube; estudo do caso); Angola (progressos nas negociações entre o Presidente do Clube e o Ministro das Finanças angolano; promessa de envio de carta comprometendo-se a iniciar negociações com o Fundo e garantindo que não vai aumentar os atrasados da dívida até que as negociações com o Clube sejam concluídas); República Democrática do Congo (atualização sobre contatos efetuados; política de não cobrança ao devedor até que seja fechado um acordo com o Fundo; as dívidas com o Brasil são originalmente de curto prazo e continuarão sendo pagas); Brasil - Pré-Pagamento (esclarecimento brasileiro aos credores acerca da impossibilidade de cumprir o prazo fixado para 31.03.2006, prorrogado para 30.06.2006, para o pagamento das pendências em atraso com a Alemanha (Eur 1,8 milhão) e Itália (US\$ 10,0 milhões), informando que os esforços continuam no sentido de solucioná-las).

Tour d'Horizon - (13.09.2006): Angola (promessa de Angola de retomar os pagamentos da dívida vencida com os credores do Clube e de efetuar um pagamento simbólico de US\$ 100 milhões para abater na dívida vencida e em atraso; promessa de iniciar discussões com o FMI sem, contudo, visar um acordo que possibilite uma renegociação futura); Nicarágua (carta do Clube ao Governo da Líbia, a fim de encorajar a desistência da demanda judicial em andamento e implementação dos termos acordados no Clube).

Tour d'Horizon - (15.11.2006): Angola (carta enviada a Angola informando os valores a serem pagos a cada credor e que serão alocados aos atrasados da dívida); Costa do Marfim (informação sobre acumulação de atrasados desde o último acordo assinado em 2002; atrasados também junto ao FMI e Banco Mundial; situação de espera); Congo-Brazzaville (Acordo HIPC; não foi possível a conclusão da 4ª revisão do Acordo com o FMI e a implementação da última fase do acordo assinado no Clube em 2004).

Tour d'Horizon - (13.12.2006): Angola (informação dos credores acerca dos pagamentos recebidos; igualdade de critério para a alocação dos montantes recebidos; manutenção da estratégia adotada até o momento; lançamento de nova coleta de dados acerca dos números da dívida de cada país credor); Sudão (divulgadas informações sobre o endividamento não concessional do país que envolve, no pólo credor, a Índia, China e Turquia; dados sobre a dívida do país num total de US\$ 10,4 bilhões); Suriname (levantamento da dívida em atraso; decisão sobre carta, a ser enviada ao devedor, tratando do endividamento).

Reuniões sobre o Pré-Pagamento da dívida do Brasil com os credores do Clube de Paris

Clube de Paris:

Em Paris - França, em 18 de janeiro de 2006, a pedido do Secretariado do Clube, para informar que a proposta do Pré-Pagamento da dívida do Brasil com o Clube de Paris seria votada pelos membros na sessão de *Tour d'Horizon* e ressaltar que a pré-condição para a aceitação do Pré-Pagamento era a liquidação das pendências em atraso com a França, Canadá e Holanda desde a Ata de Entendimentos assinada em 1992 pelo Brasil naquele Fórum.

França:

Em Paris - França, em 18 de janeiro de 2006, com os representantes do Governo francês, onde foi apresentada documentação das dívidas pendentes do Governo brasileiro com a COFACE (devedor no Brasil: Eletronorte); Bank of France (devedor no Brasil: Petrobrás) e Ministério das Finanças, Indústria e Comércio (devedor no Brasil: Banco Central do Brasil).

Em Paris - França, em 18 de janeiro de 2006, com os representantes do Governo holandês, onde foi apresentada documentação das dívidas pendentes do Governo brasileiro com o FMO - *Finance for Development*, sucedido por NIO - *Nederlandse Investeringsbank* (devedor no Brasil: CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia).

Em Paris - França, em 18 de janeiro de 2006, com os representantes do Governo canadense, onde foi apresentada documentação das dívidas pendentes do Governo brasileiro com a CIDA - *Canadian International Development Agency*.

Brasil:

Em Brasília - DF, em 23 de janeiro de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com representantes dos diversos órgãos brasileiros envolvidos na operação de Pré-Pagamento e resolução das pendências em atraso, a fim de alinhar entendimentos e definir tarefas e prazos, com vistas ao equacionamento de providências para a realização do Pré-Pagamento.

Em Brasília - DF, em 25 de janeiro de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com representantes dos diversos órgãos brasileiros envolvidos na operação de Pré-Pagamento e resolução das pendências em atraso, a fim de definir a redação da minuta da carta do Ministro da Fazenda do Brasil, em resposta ao Clube de Paris, sobre a aceitação do Pré-Pagamento do Brasil.

Em Brasília - DF, em 31 de janeiro de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com o Embaixador da Itália no Brasil, a fim identificar as pendências financeiras envolvendo, como devedor no Brasil, a CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul.

Em Brasília - DF, em 01 de fevereiro de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com representantes dos diversos órgãos brasileiros envolvidos na operação de Pré-Pagamento e resolução das pendências em atraso, a fim de acompanhar a evolução do assunto, as pendências e a versão final da carta resposta do Ministro da Fazenda do Brasil ao Clube de Paris.

Espanha:

Em Madri - Espanha, em 01 de fevereiro de 2006, nas dependências do Ministério das Finanças da Espanha, com a representante da Itália, onde foram informadas pendências financeiras do Brasil com a SACE - S.p.A., empresa pública italiana, que exigiu a quitação do débito brasileiro como pré-condição para a aceitação do Pré-Pagamento.

Brasil:

Em Brasília - DF, em 07 de fevereiro de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com representantes dos diversos órgãos brasileiros envolvidos na operação de Pré-Pagamento e resolução das pendências em atraso, a fim de identificar as pendências financeiras envolvendo, como devedor no Brasil, a CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul e definir os termos da minuta de Acordo a ser assinado pelos credores do Brasil.

Em Brasília - DF, em 06 de março de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com representantes dos diversos órgãos brasileiros envolvidos na operação de Pré-Pagamento e resolução das pendências em atraso.

França:

Em Paris - França, em 07 de março de 2006, com representante do Governo alemão onde foi apresentada documentação das dívidas pendentes do Governo brasileiro com a AKA - *Ausfuhrkredit Export Finance Bank*.

Em Paris - França, em 07 de março de 2006, com representantes do Governo francês, a fim de tratar das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

Em Paris - França, em 07 de março de 2006, com representantes do Governo holandês, a fim de tratar das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

Em Paris - França, em 07 de março de 2006, com representantes do Governo italiano, a fim de tratar das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

Em Paris - França, em 07 de março de 2006, com representantes do Governo canadense a fim de tratar das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

Brasil:

Em Brasília - DF, em 17 de março de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com o Primeiro Secretário da Embaixada do Japão no Brasil, com a presença de representante do Ministério das Relações Exteriores, a fim de comunicar ao Governo japonês que o Brasil não poderia aceitar uma *guideline* em substituição ao *agreement* como quitação do Pré-Pagamento.

Em Brasília - DF, em 21 de março de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com a presença de representante do Ministério das Relações Exteriores, a fim de discutir o Pré-Pagamento ao Japão e a forma de encaminhamento da questão em face da postura adotada pelo Governo japonês com relação à quitação do Pré-Pagamento.

Em Brasília - DF, em 27 de março de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com representantes dos diversos órgãos brasileiros envolvidos na operação de Pré-Pagamento e resolução das pendências em atraso, a fim de elaborar a agenda da reunião com os representantes italianos nos dias 29 e 30 de março de 2006.

Em Brasília - DF, em 29 e 30 de março de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com representantes da: SACE - S.p.A, Embaixada da Itália no Brasil, CEEE e Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e dos diversos órgãos brasileiros envolvidos na operação de Pré-Pagamento e resolução das pendências em atraso, visando dirimir dúvidas acerca das pendências financeiras envolvendo o Brasil e a Itália no âmbito do Pré-Pagamento.

França:

Em Paris - França, em 05 de abril de 2006, reuniões em horários diferentes com representantes dos Governos da Alemanha, Canadá, Holanda, França e Itália, a fim de tratar das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

Brasil:

Em Brasília - DF, em 13 de abril de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com o Primeiro Secretário da Embaixada do Japão no Brasil, com a presença do representante do Ministério das Relações Exteriores, a fim de definir o instrumento de quitação do Pré-Pagamento.

Em Brasília - DF, de 02 a 03 de maio de 2006, na sala de reuniões da Secretaria do Tesouro Nacional, com representantes do Governo francês (COFACE), Embaixada da França no Brasil, Eletronorte e dos diversos órgãos brasileiros envolvidos na operação de Pré-Pagamento e resolução das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

França:

Em Paris - França, em 11 de maio de 2006, reuniões em horários diferentes com representantes dos Governos da Alemanha, Canadá, Holanda, França e Itália, a fim de tratar das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

Em Brasília - DF, de 17 a 22 de maio de 2006, Conference Calls, com o Representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional, a fim de fornecer informações detalhadas para a defesa da alteração da *footnote 3, p. 10* do *Staff Report*, onde o Brasil seria citado como devedor em atraso, apesar de haver efetuado o Pré-Pagamento das suas dívidas, por força das pendências com alguns credores do Clube de Paris.

França:

Em Paris - França, em 13 de junho de 2006, reuniões em horários diferentes com representantes dos Governos da Alemanha, Canadá e Itália, a fim de tratar das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

França:

Em Paris - França, em 18 de julho de 2006, reuniões em horários diferentes com representantes dos Governos da Alemanha e Itália, a fim de tratar das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

Brasil:

Em Brasília - DF, em 04 de agosto de 2006, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com representantes dos diversos órgãos brasileiros envolvidos na operação de Pré-Pagamento e resolução das pendências em atraso, a fim de elaborar estratégia para recuperar os montantes devidos pela CEEE, com garantia da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, sendo esta a última pendência remanescente em relação ao Pré-Pagamento.

França:

Em Paris - França, em 13 de setembro de 2006, reuniões em horários diferentes com representantes dos Governos da Alemanha e Itália, a fim de tratar das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

França:

Em Paris - França, em 15 de novembro de 2006, reunião com representantes do Governo da Itália, a fim de tratar das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

França:

Em Paris - França, em 13 de dezembro de 2006, reunião com representantes do Governo da Itália, a fim de tratar das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.

Negociações bilaterais

Gabão: Em Brasília - DF, em 29 de março de 2006, coordenou negociação com o intuito de redefinir pontos do Acordo Bilateral e chegar a um entendimento sobre a taxa de juros sobre os juros em atraso.

República da Guiné: Em Brasília – DF, em 25 de abril de 2006, coordenou a conciliação de valores referentes à dívida do país com o Brasil e entregou relatório da dívida ao Embaixador da Guiné no Brasil.

Iraque: Em Brasília - DF, em 05 e 06 de setembro de 2006, coordenou negociação, onde foi entregue o relatório final da Consultoria Ernst & Young contendo números da dívida pública do Iraque com o Brasil, e tratou de outros pontos relativos à estrutura do Acordo Bilateral a ser assinado entre os Governos brasileiro e iraquiano.

Tanzânia: Em Brasília - DF, em 03 de outubro de 2006, coordenou a conciliação de valores referentes à dívida do país com o Brasil e entregou minuta padrão de Acordo Bilateral ao Embaixador do Brasil na Tanzânia, a ser apresentado à Ministra das Finanças, no intuito de retomar negociações.

Reuniões do COMACE

1ª Reunião Extraordinária: Em 02 de junho de 2006, a fim de analisar os pontos relacionados ao ingresso do Brasil como Membro Pleno do Clube de Paris.

23ª Reunião Ordinária: Em 09 de junho de 2006, a fim de analisar os pontos relacionados ao ingresso do Brasil como Membro Pleno do Clube de Paris.

Reunião Técnica: Em 19 de setembro de 2006, com os membros do COMACE, a fim de tratar da estratégia de negociação da dívida do Iraque com o Brasil.

Reunião Técnica: Em 26 de setembro de 2006, com os membros do COMACE, a fim de tratar da estratégia de negociação da dívida do Iraque com o Brasil.

Reunião Técnica: Em 03 de outubro de 2006, com os membros do COMACE, a fim de tratar da estratégia de negociação da dívida do Iraque com o Brasil.

Notas Técnicas

COMACE:

- Em 11 de janeiro de 2006, Nota Técnica à Secretaria-Executiva do COMACE, fornecendo relatos detalhados ao Ministro da Fazenda do Brasil sobre o Pré-Pagamento da dívida brasileira com os credores do Clube de Paris, os processos em andamento no âmbito do COMACE e a importância da adesão do Brasil como Membro Pleno do Clube de Paris.

Brasil Credor:

- Em 24 de maio de 2006, Nota Técnica aos membros do COMACE sobre a importância da adesão do Brasil como Membro Pleno do Clube de Paris.
- Em 26 de maio de 2006, Nota Técnica aos membros do COMACE, apresentando, para análise, Minuta de Memorando de Entendimentos entre o Brasil e o Clube de Paris.

- Em 01 de junho de 2006, Nota Técnica aos membros do COMACE, apresentando nova versão de Minuta de Memorando de Entendimentos entre o Brasil e o Clube de Paris, contemplando alterações sugeridas pelos membros do COMACE, bem como avaliando a possível participação do Brasil como Membro Pleno do Clube de Paris.
- Em 23 de outubro de 2006, Nota Técnica contendo o histórico das áreas de atuação da Secretaria de Assuntos Internacionais, incluindo análise sobre a sua participação, como Secretaria-Executiva, nas negociações no âmbito do Clube de Paris.

Clube de Paris:

- Em 05 de abril de 2006, Carta ao Presidente do Clube de Paris informando o estado das operações de Pré-Pagamento concluídas com os credores do Brasil, autorizadas pela Carta nº 000705, de 09 de fevereiro de 2006, encaminhada pelo Clube de Paris ao Ministro da Fazenda do Brasil.
- Em 09 de junho de 2006, Nota Técnica com Minuta de Comunicado a ser encaminhada ao Clube de Paris contendo o texto a ser proferido em plenário pelo Secretário de Assuntos Internacionais, no dia 14 de junho de 2006, durante a comemoração do Cinquentenário daquele Fórum.

Congo (Brazzaville):

- Em 25 de janeiro de 2006, Nota Técnica ao Secretário de Assuntos Internacionais, por ocasião de reunião durante encontro no Fundo Monetário Internacional, entre a República do Congo e o Brasil, relatando números e situação de pagamentos da dívida com o Brasil e minuta de Acordo Bilateral.

Iraque:

- Em 20 de junho de 2006, Nota Técnica ao Banco do Brasil S.A. e ao IRB - Brasil Resseguros S.A., encaminhando, para análise e manifestação, a Minuta do Acordo Bilateral enviada pelos representantes iraquianos, com vistas ao reescalonamento da dívida do Iraque com o Brasil.

Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

- **Iraque:** Em 14 de julho de 2006, consulta a respeito do andamento do processo judicial em curso no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- **Clube de Paris:** Em 01 de junho de 2006, consulta a respeito do Memorando de Entendimentos necessário para a adesão do Brasil ao Clube de Paris.
- **Iraque:** Em 14 de agosto de 2006, consulta a respeito da Cláusula de Solução de Controvérsias inserida na minuta do Acordo Bilateral pelos representantes do Governo do Iraque.
- **Nigéria - Resolução 50:** Em 05 de abril de 2006, consulta sobre o Acordo Bilateral assinado em 29.12.2005 entre os Governos do Brasil e da Nigéria.

Outros Assuntos

(a) Assessoria de Imprensa:

- Em 11 de maio de 2006, Nota à Assessoria de Imprensa fornecendo informações sobre o Acordo Bilateral assinado com a Bolívia em 07 de julho de 2004.
- Em 30 de junho de 2006, Nota à Assessoria de Imprensa encaminhando tabela dos créditos brasileiros e perdões concedidos no âmbito do Clube de Paris.
- Acompanhamento junto à Assessoria de Imprensa, de 29 de dezembro de 2005 a 09 de novembro de 2006, quando foi publicada a Resolução nº 37, do Senado Federal, aprovando o Acordo Bilateral celebrado entre o Brasil e a Nigéria em 29 de dezembro de 2005.

(b) Adesão ao Clube de Paris:

- Em Paris - França, em 11 de maio de 2006, reunião nas dependências da Embaixada do Brasil em Paris com os representantes da Empresa *Houlihan Lokey Howard & Zukin - Investment Banking Services*, para apresentação de análise sobre o papel do Clube de Paris, dados gerais da consultoria que a Empresa prestou ao Governo da Rússia quando de sua adesão ao Clube e, ainda, uma série de estudos de casos nos quais o Brasil poderia se basear para analisar sua situação naquele Fórum.

(c) Conversão de Dívidas:

- Em Madri - Espanha, em 01 de fevereiro de 2006, conferência internacional onde foram apresentadas, pelo Ministério das Finanças da Espanha, soluções alternativas para o tratamento de dívidas por intermédio da troca de dívidas por investimentos em educação.
- Em Brasília - DF, em 08 de junho de 2006, reunião com o Representante da Empresa *21st Century Holdings Ltd.*, que manifestou interesse na conversão em investimentos da dívida da Tanzânia com o Brasil.
- Em Brasília - DF, em 28 de novembro de 2006, reunião com o Presidente da Empresa *Alkhabeer Consultancy Ltd.*, que manifestou interesse na conversão em investimentos da dívida da Tanzânia com o Brasil.

(d) Traduções:

- Em 24 de janeiro de 2006 - *Working Paper* do Clube de Paris apresentando tratamentos prováveis para a dívida de Angola naquele Fórum.
- Em 27 de janeiro de 2006 - Relatório Anual do Fundo Monetário Internacional, dando conta das últimas medidas adotadas pela República da Guiné, relativamente à implantação de Programa Assistido pelo Fundo.
- Em 10 de fevereiro de 2006 - Minuta de Acordo Bilateral entre o Brasil e a França para a solução das pendências relacionadas ao Pré-Pagamento.
- Em 25 de maio de 2006 - Memorando de Entendimentos Brasil - Clube de Paris.



- Em 31 de maio de 2006 - Memorando de Entendimentos Rússia - Clube de Paris.
- Em 20 de junho de 2006 - Minuta do Acordo Bilateral, a ser assinado entre o Brasil e o Iraque.

Metas Previstas

Anexo VII

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Negociação e Recuperação de Créditos

Sinopse do Objeto: Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Raimundo José Rodrigues da Silva

Data: 31/12/2006

Cargo: Secretário-Adjunto

Cargo: Coordenador-Geral

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Participação em negociações no Clube de Paris	Unidade	2	3	2	3
2 - Realização de negociações bilaterais, elaboração ou análise de propostas e continuidade às negociações em andamento	Unidade	1	1	1	2
3 - Reuniões do COMACE	Unidade	0	1	2	1
4 - Elaboração de atas, ajudas-memória e relatórios das negociações e reuniões	Unidade	3	5	3	4
5 - Elaboração de minutas de contratos bilaterais e acompanhamento dos trâmites necessários para a assinatura dos Contratos	Unidade	1	1	0	1
6 - Ajuda na conciliação dos números das dívidas a serem negociadas e realização de reuniões quando necessárias	Unidade	0	1	1	1
7 - Participação em negociações envolvendo o Pré-Pagamento da dívida do Brasil com os credores do Clube de Paris	Unidade	20	11	5	2
8 - Recebimento de pagamentos referentes a renegociações no âmbito do COMACE (em US\$)	Unidade	22.692.940,06			

Metas Realizadas

Anexo VIII

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Negociação e Recuperação de Créditos

Sinopse do Objeto: Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Raimundo José Rodrigues da Silva

Data: 31/12/2006

Cargo: Secretário-Adjunto

Cargo: Coordenador-Geral

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Participação em negociações no Clube de Paris	Unidade (%)	2 (100%)	3 (100%)	2 (100%)	2 (66%)
2 - Realização de negociações bilaterais, elaboração ou análise de propostas e continuidade às negociações em andamento	Unidade (%)	1 (100%)	2 (200%)	1 (100%)	1 (50%)
3 - Reuniões do COMACE	Unidade (%)	0 (100%)	2 (200%)	2 (100%)	1 (100%)
4 - Elaboração de atas, ajudas-memória e relatórios das negociações e reuniões	Unidade (%)	3 (100%)	7 (140%)	5 (166%)	4 (100%)
5 - Elaboração de minutas de contratos bilaterais e acompanhamento dos trâmites necessários para a assinatura dos Contratos	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
6 - Ajuda na conciliação dos números das dívidas a serem negociadas e realização de reuniões quando necessárias	Unidade (%)	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
7 - Participação em negociações e reuniões envolvendo o Pré-Pagamento da dívida do Brasil com os credores do Clube de Paris	Unidade (%)	20 (100%)	11 (100%)	5 (100%)	2 (100%)
8 - Recebimento de pagamentos referentes a renegociações no âmbito do COMACE (em US\$)	Unidade	25.286.292,72			

Obs.: As metas para o 4º trimestre de 2006, referentes ao item 1, não foram totalmente atingidas em virtude de restrições orçamentárias da Secretaria.

Nos trimestres onde as metas referentes aos itens 2, 3 e 5 foram inferiores a cem por cento significa que os países devedores não compareceram para as negociações, no Brasil, conforme o previsto.

1.4.2.3. Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX

A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX, órgão colegiado integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reorganizada pelo Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, tem por finalidade:

- (a) identificar, examinar e avaliar pleitos de apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e
- (b) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações dos projetos ou programas.

Composição

A COFIEIX é composta pelos seguintes membros:

- Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o Presidente da Comissão;
- Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o Secretário-Executivo da Comissão;
- Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores;
- Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;
- Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda;
- Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e
- Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil.

Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC

Faz parte da COFIEIX o grupo de trabalho permanente denominado Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, composto por representantes indicados por seus membros, com o objetivo de examinar os pleitos de que tratam as alíneas “a” e “b” acima mencionadas, assessorando a COFIEIX no desempenho de suas funções.

Natureza das reuniões da COFIEIX e do GTEC

A SAIN, por intermédio da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, participa das reuniões da COFIEIX e do GTEC, indicadas a seguir, fazendo análise prévia de toda a documentação a ser examinada em cada reunião, com o objetivo de prestar apoio técnico à Comissão e ao Grupo Técnico e de prover informações ao Secretário de Assuntos Internacionais.

- COFIEIX: Reuniões Ordinárias - onde são avaliados e decididos os pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas;
- GTEC: Reuniões Ordinárias - onde são examinados, avaliados e decididos os pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações dos projetos ou programas;
- GTEC: Reuniões de Apresentação de Cartas-Consulta - onde são examinados e previamente avaliados os pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à avaliação final e decisão da COFIEIX quanto à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e
- GTEC: Reuniões para Análise de Agendas Preliminares de Reuniões Ordinárias da COFIEIX - onde é avaliada a conveniência, ou não, de inclusão nas Agendas das Reuniões Ordinárias da COFIEIX dos pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas.

Número de reuniões da COFIEIX e do GTEC, realizadas em 2006

No exercício de 2006, foram realizadas 3 (três) Reuniões Ordinárias da COFIEIX e 113 (cento e treze) reuniões do GTEC, sendo: 3 (três) para Análise de Agendas Preliminares de Reuniões Ordinárias da COFIEIX, incluindo revisão de minutas de Regimentos Internos do Comitê e do Grupo Técnico; 18 (dezoito) Reuniões Ordinárias; e 92 (noventa e duas) reuniões referentes a exame e avaliação de Cartas-Consulta. A SAIN participou de todas as reuniões da COFIEIX, mas somente pôde participar de 99 (noventa e nove) reuniões do GTEC, tendo em vista que os representantes (titular e suplente) da Secretaria naquele Grupo tiveram que atender demandas de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, em função da transferência daquelas atividades, do IRB - Brasil Resseguros S.A. para a SAIN, sem que tenha havido a necessária elevação da estrutura funcional da Secretaria para o desempenho das referidas atribuições.

Consultas extraordinárias aos membros da COFIEIX

Em atendimento a solicitações da Secretaria-Executiva da COFIEIX, a SAIN se manifesta, por escrito, sobre as consultas efetuadas aos membros da Comissão, referentes à preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira. Em 2006, foram realizadas 3 (três) consultas extraordinárias aos membros da COFIEIX.

Metas Previstas

Anexo IX

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX

Sinopse do Objeto: Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais, na qualidade de membro da Comissão

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2006

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões Ordinárias da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX	Unidade	1	1	1	1
2 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEEX - GTEC, para análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEEX	Unidade	1	1	1	1
3 - Reuniões Ordinárias do Grupo Técnico da COFIEEX – GTEC	Unidade	3	3	3	3
4 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEEX – GTEC, para exame e avaliação de Cartas-Consulta	Unidade	26	22	30	14
5 - Consultas aos membros da COFIEEX sobre a preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável)	Unidade	0	0	1	2

Obs: Nenhum dos itens se refere a negociações.

Metas Realizadas

Anexo X

Unidade: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

Processo Gerencial Finalístico: Provimento de informações e de apoio técnico à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX

Sinopse do Objeto: Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais, na qualidade de membro da Comissão

Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto

Cargo: Secretário-Adjunto

Raimundo José Rodrigues da Silva

Cargo: Coordenador-Geral

Data: 31/12/2006

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões Ordinárias da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX	Unidade (%)	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
2 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, para análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX	Unidade (%)	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
3 - Reuniões Ordinárias do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC	Unidade (%)	4 (133%)	3 (100%)	3 (100%)	6 (200%)
4 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, para exame e avaliação de Cartas-Consulta	Unidade (%)	22 (85%)	20 (91%)	26 (87%)	12 (86%)
5 - Consultas aos membros da COFIEIX sobre a preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável)	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	2 (100%)

Obs: Nenhum dos itens se refere a negociações.

Nos casos em que o percentual de participação da SAIN foi igual a zero (itens 1 e 2 - 1º trimestre) significa que a Secretaria-Executiva da COFIEIX não realizou as reuniões conforme o previsto.

Nos casos em que a participação da SAIN foi igual a 100% (item 3 - 3º e 4º trimestres), mas o número de reuniões realizadas foi superior ao previsto, bem como naqueles em que o percentual de participação da SAIN foi inferior a 100% (item 4 - 1º ao 4º trimestres), a justificativa é que os representantes (titular e suplente) não puderam comparecer a todas as reuniões realizadas, tendo em vista que tiveram que atender demandas de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, em função da transferência daquelas atividades, do IRB - Brasil Resseguros S.A. para a SAIN, sem que tenha havido a necessária elevação da estrutura funcional da Secretaria para o desempenho das referidas atribuições.

1.4.3. Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos - CAECO **(v. Anexos XI e XII - Metas Previstas e Realizadas)**

À Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos - CAECO, entre outros assuntos, compete:

- Coletar e organizar as estatísticas necessárias ao acompanhamento da conjuntura econômica internacional e de países considerados estratégicos para o Brasil;
- Executar pesquisa e análise de dados que subsidiem a política econômica brasileira na área externa;
- Elaborar estudos, notas e artigos técnicos que permitam o diagnóstico de problemas econômico-financeiros internacionais;
- Acompanhar e participar de reuniões e grupos de trabalho quando determinado pelo Secretário de Assuntos Internacionais;
- Assessorar o Secretário de Assuntos Internacionais e/ou Secretários-Adjuntos nos assuntos relacionados à economia internacional.

No cumprimento de suas atribuições, a Coordenação realiza um acompanhamento constante da conjuntura econômica e financeira internacional. Esse acompanhamento é efetuado por meio da leitura, em meio eletrônico (*Internet*) ou impresso, de publicações especializadas em economia internacional, de jornais e revistas nacionais e estrangeiras e de relatórios formais e informais elaborados pelas embaixadas brasileiras no exterior e por outras instituições especializadas.

Além disso, a Coordenação desenvolve estudos detalhados sobre temas relativos às finanças e à economia internacional, quase sempre sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. Para esses trabalhos, as principais fontes de pesquisa são: livros técnicos, artigos publicados em revistas técnicas especializadas e publicações técnicas de instituições internacionais, como o FMI, a OCDE, o Banco Mundial e Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda de países estrangeiros, entre outros.

As informações coletadas são analisadas e discutidas e, posteriormente, com base nessas informações são elaborados textos escritos: Indicadores Macroeconômicos, Informes de Países e Notas Técnicas. Eventualmente, dada a urgência ou natureza dos assuntos, os resultados das análises e pesquisas são apresentados oralmente, ao Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, com o auxílio, ou não, de gráficos e tabelas. A Coordenação também é responsável pela elaboração de apresentações em *Power Point* para auxiliar o Secretário e/ou Secretários-Adjuntos em palestras e seminários no Brasil e no exterior. Essas atribuições se somaram ao acompanhamento de negociações de acordos entre o Governo brasileiro e governos estrangeiros e do relacionamento do Brasil com instituições multilaterais.

1.4.3.1. Indicadores Macroeconômicos

Elaborados a partir de setembro de 2004, são informes mensais divididos em 4 partes:

- (1) Notas explicativas sobre os fatos mais significativos da conjuntura econômica internacional;
- (2) Estatísticas de países selecionados, como taxas cambiais, PIB, taxas de inflação, entre outras;

(3) Projeções de crescimento dos principais países desenvolvidos (EUA, União Européia, Japão), assim como mercados emergentes (por exemplo, China, Rússia, Índia, México e Argentina); e

(4) Gráficos com a trajetória de preços de *commodities*, preços do petróleo, minérios, mercados financeiros, entre outros. Os Indicadores Macroeconômicos circulam internamente no Ministério da Fazenda. Foram elaborados os 12 indicadores previstos em 2006.

Desde junho de 2006 os *Indicadores de Conjuntura Econômica* são divulgados no site da Secretaria (<http://www.fazenda.gov.br/sain>).

1.4.3.2. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

A OCDE elabora periodicamente estudos econômicos de seus países membros e alguns países não-membros, entre eles o Brasil. Em 2006, a OCDE realizou estudos nas áreas de mercado de trabalho, inovação, previdência e consolidação macroeconômica no Brasil. A CAEC foi responsável pela coordenação do relacionamento entre OCDE e os diversos ministérios setoriais e instituições governamentais convidados a colaborar com os temas.

O *Estudo Econômico da OCDE – Brasil 2006*, publicação que contém os temas acima, foi apresentado em Seminário realizado no Rio de Janeiro - RJ em 24 de novembro. A publicação do estudo está ainda na dependência de acordo entre FGV e OCDE, que deve ocorrer em março de 2007.

1.4.3.3. Apresentações

Exposições contendo gráficos, tabelas e observações elaboradas em *Power Point*, a pedido do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, para auxiliá-los na apresentação de palestras/seminários no Brasil e no exterior. As apresentações normalmente abrangem temas relativos à economia brasileira, economia internacional, comércio internacional e finanças internacionais. Foram elaboradas ou atualizadas diversas apresentações ao longo de 2006 e muitas dessas apresentações auxiliam a assessoria que lida com organismos internacionais.

1.4.3.4. Notas Técnicas

São informes sobre temas mais específicos em economia internacional como comércio exterior e finanças, que requerem para sua elaboração um maior nível de reflexão e análise e o uso de métodos econométricos. São elaboradas conforme demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, com o objetivo de auxiliá-los em reuniões e negociações. Durante o ano de 2006, foram elaboradas diversas Notas Técnicas, com destaque para as Notas que analisam a classificação de risco de países emergentes, a apreciação cambial internacional, e a volatilidade da economia internacional.

1.4.3.5 Organismos Financeiros Internacionais

A Coordenação de Assuntos Econômicos auxilia na preparação para a participação da SAIN e do Ministro da Fazenda em inúmeros fóruns internacionais, entre os

quais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), G-24, G-20, G-8, G-4 (Brasil, Índia, China e África do Sul), Diálogo Brasil-China, Group for Growth (BR-EUA). Além disso, a Coordenação colabora na preparação da participação em vários encontros bilaterais, conferências e seminários sobre assuntos relacionados às atividades da SAIN.

A Coordenação também faz o acompanhamento da negociação com o Banco Mundial sobre os projetos de assistência financeira e de assistência técnica do Banco. Discutindo junto com outros órgãos, como a Secretaria do Tesouro Nacional e SEAIN do Ministério do Planejamento, as perspectivas da relação entre governo brasileiro e Banco Mundial.

1.4.3.6. Negociações Internacionais

A Coordenação participou ativamente de 2 (duas) negociações internacionais no âmbito do MERCOSUL: as relativas ao Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) e as relativas à criação e desenvolvimento do Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM). O GMM é responsável pela coordenação e convergência macroeconômica entre os países do MERCOSUL e Estados Associados. No segundo semestre de 2006, o Brasil assumiu a presidência pro-tempore do MERCOSUL e a Coordenação de Assuntos Econômicos passou a gerenciar mais de perto as reuniões do GMM, que foram realizadas no Brasil, em setembro e dezembro, participando da convocação dos participantes, preparação logística das reuniões, elaboração das atas e instruções do GMM ao Grupo do Mercado Comum (GMC). Em 2006, a Coordenação participou de 4 (quatro) reuniões do GMM, que tiveram como principal foco a harmonização das estatísticas financeira e fiscal dos Países-Membros, além da elaboração do Convênio com a União Européia para colaborar nessa harmonização.

1.4.3.7. Modelo Macro Dinâmico

Com o objetivo de avaliar a dinâmica dos impactos macroeconômicos de acordos comerciais sobre a economia brasileira, em agosto de 2005 foi iniciada consultoria para desenvolver um modelo econométrico. O projeto está sob a gerência financeira da Unidade de Coordenação de Programas, vinculada à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda e supervisão do Secretário de Assuntos Internacionais. A Coordenação de Assuntos Econômicos colaborou na finalização do modelo macro econômico apresentado pelo Consultor Luiz Maia em junho de 2006, e segue no processo de aperfeiçoamento do modelo.

Metas Previstas

Anexo XI

Unidade: MF/SAIN/Coordenação Geral de Assuntos Econômicos

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional

Sinopse do Objeto: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira

Responsável pelos Dados: Pedro Erik Arruda Carneiro **Cargo:** Coordenador

Data: 31/12/2006

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (Para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Indicadores Macroeconômicos	Unidade	3	3	3	3
2 - Estudo Econômico da OCDE sobre o Brasil.	Unidade	0	0	0	1
3 - Modelo Macro Dinâmico	Unidade	0	0	1	0
4 - Negociações Internacionais	Unidade	1	1	1	1
5 - Notas Técnicas	Unidade	1	1	1	1

Metas Realizadas

Anexo XII

Unidade: MF/SAIN/Coordenação Geral de Assuntos Econômicos

Processo Gerencial Finalístico: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional

Sinopse do Objeto: Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira

Responsável pelos Dados: Pedro Erik Arruda Carneiro **Cargo:** Coordenador

Data: 31/12/2006

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - Indicadores Macroeconômicos	Unidade (%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
2 - Estudo Econômico da OCDE sobre o Brasil: apresentação e publicação da versão em português.	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0,5 (50%)
3 - Modelo Macro Dinâmico	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)
4 - Negociações Internacionais	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
5 - Notas Técnicas	Unidade (%)	3 (300%)	3 (300%)	2 (200%)	0 (0%)

Obs: Apenas o item 5 se refere a negociações.

A Meta 5 é feita sob demanda do Secretário, Secretários-Adjuntos ou Ministro, então a divisão do cumprimento da Meta no tempo não é uniforme.

Na avaliação das atividades da CAECO deve-se levar em consideração sua estreita relação com a assessoria de organismos internacionais, no acompanhamento das discussões, preparação de notas técnicas e elaboração de apresentações que auxiliam o trabalho da assessoria.

Conforme mencionado antes, a publicação do estudo da OCDE ainda está na dependência de acordo entre FGV e OCDE, por isso só foi cumprida 50% da meta, que se refere à apresentação do estudo.

1.4.4. Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT) e Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL) (v. Anexos XIII e XIV - Metas Previstas e Realizadas)

A Coordenação-Geral de Integração Social (COINT) e a Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL) têm como competência, entre outros assuntos, acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, os processos de investigação de *dumping*, subsídios e salvaguardas, e as negociações binacionais e multilaterais, assessorando o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas decisões competentes. Esse trabalho envolve principalmente a participação em reuniões técnicas e a elaboração de Notas e Pareceres.

1.4.4.1. CAMEX - GECEX

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

A CAMEX é formada por diversos comitês, sendo o Conselho de Ministros e o Comitê Executivo de Gestão - GECEX suas instâncias mais elevadas. A Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT) e a Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL) assessoram o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas matérias atinentes a esta pasta. A fim de subsidiá-los, foram elaboradas 6 (seis) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX, bem como 9 (nove) para as reuniões do GECEX.

1.4.4.2. Defesa Comercial

No ano de 2006, a Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL) analisou 5 (cinco) processos de defesa comercial, sendo 4 (quatro) de *dumping*¹ e 1 (um) de salvaguardas². Nos demais processos, não se verificaram os requisitos necessários para a aplicação de medidas, e as investigações foram encerradas sem a necessidade de análise por parte desta SAIN.

Merece destaque a atuação da Secretaria no caso da investigação de revisão dos direitos antidumping aplicados às importações de cimento na Região Norte do país, no qual a CAMEX acabou por acolher a proposta do Ministério da Fazenda³ de suspender a medida para o estado de Roraima por razões de interesse nacional.

Além do trabalho de análise das propostas de aplicação de medidas de defesa comercial, a COPOL participou ativamente do grupo técnico criado no âmbito do GECEX para revisar a Resolução CAMEX nº. 9/2001. Esta Resolução instituiu o Grupo Técnico de Defesa Comercial (do qual a SAIN é parte) e estabeleceu um conjunto de diretrizes para o funcionamento daquele Grupo. Ao longo de 2006 foram convocadas 7 (sete) reuniões para sua

¹ Produtos planos de aço inoxidável, cimento portland, leite em pó não fracionado e metacrilato de metila. Nos dois últimos casos, a Resolução CAMEX aplicando as medidas não chegaram a ser publicadas no ano de 2006, devendo isso ocorrer no ano de 2007.

² Coco ralado.

³ Elaborada em conjunto com a SEAE.

revisão, todas com participação da COPOL. Ao fim das discussões, foi promulgada a Resolução CAMEX nº. 30/2006, incorporando diversas propostas da COPOL/SAIN, em especial a adoção de novos prazos para análise e de novas rotinas para a tomada de decisões.

Além dos processos encerrados em 2006, 14 (quatorze) investigações de *dumping* foram abertas naquele ano e ainda encontravam-se em curso ao final do ano. O número tende a revelar uma maior demanda sobre os servidores da COPOL no ano 2007⁴.

Adicionalmente à revisão da Resolução CAMEX nº. 9/2001 e ao exame dos processos de defesa comercial, a COPOL desenvolveu ainda as seguintes atividades em 2006:

- (a) Participação na criação do Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC). Trata-se de instrumento cuja negociação iniciou-se em 2004 e levou à aprovação de um sistema de salvaguarda entre Brasil e Argentina⁵. Esse mecanismo poderá ser acionado quando as importações de um Estado-Parte crescerem de forma tal que provoquem dano à indústria doméstica do estado importador;
- (b) Participação no Grupo Negociador de Regras da OMC, conforme explicitado no item 1.4.4.3 abaixo;
- (c) Participação no Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas do MERCOSUL (CDCS), conforme explicitado no item 1.4.4.3 abaixo;
- (d) Participação nas discussões travadas na CCM a respeito dos temas de defesa comercial, em especial:
 - (d.i) Eliminação do antidumping e das medidas compensatórias intrazona;
 - (d.ii) Propostas para a criação de mecanismos institucionais para lidar com incentivos (subsídios) concedidos pelos Estados Partes.

1.4.4.3. Comércio Exterior

Mercado Comum do Sul - MERCOSUL

Em 2006, as duas Coordenações-Gerais participaram, no âmbito do MERCOSUL, do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT-1), do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS), da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), do Grupo Mercado Comum (GMC) e do Conselho do Mercado Comum (CMC).

- **Comitê Técnico nº. 01 (Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias):** Participação nas reuniões preparatórias (reuniões interministeriais, onde se decide a posição do Governo brasileiro a respeito dos pleitos de alteração permanente na Tarifa Externa Comum - TEC) e nas reuniões do próprio Comitê (onde as delegações dos países-membros discutem os pleitos de alteração permanente na TEC). A SAIN participou de todas as 8 (oito) reuniões do Comitê (e de suas respectivas reuniões preparatórias) havidas ao longo de 2006. No total, cerca de 53 (cinquenta e três) pleitos de modificação tarifária foram analisados, havendo a SAIN se posicionado a respeito de cada um deles nas

⁴ A título de comparação, ao final de 2005, havia apenas 5 investigações já abertas e ainda em curso.

⁵ Até o final de 2006, o mecanismo ainda não havia sido internalizado por nenhum dos dois países.

reuniões preparatórias por meio de Notas Técnicas. Cabe destacar também o trabalho realizado no CT-1 no sentido de adequação da TEC à IV Emenda do Sistema Harmonizado (SH 2007) estabelecida pela Organização Mundial de Aduanas. As alterações demandadas pelo SH 2007 implicaram a eliminação de muitas posições NCM, muitas das quais precisaram ser incorporadas dentro de outras classificações, o que ensejou muitos casos de conflito tarifário entre duas (ou até mais) alíquotas. No âmbito da Plenária do CT-1 esta SAIN/MF, ao lado da coordenação brasileira do CT-1 (MDIC), analisou todos os casos de conflitos e buscou solução para os mesmos.

- **Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas - CDCS** (trabalhou na elaboração de regulamentos comuns de defesa comercial). A SAIN participou ativamente de todas as 3 (três) reuniões do Comitê realizadas em 2006, sempre com o intuito de expressar as preocupações do Ministério da Fazenda na área, fundamentalmente no sentido de que os instrumentos de defesa comercial devem ser utilizados apenas na forma e na medida necessárias para coibir práticas desleais no comércio internacional. Os trabalhos do Comitê foram suspensos no 2º semestre do ano, uma vez que os demais Estados Partes entenderam que a continuação dos trabalhos dependeria da resolução de alguns entraves institucionais, cuja análise está a cargo do SGT-2, grupo ligado ao GMC.
- **Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)**: A SAIN participou de 8 (oito) Reuniões Ordinárias e 2 (duas) Extraordinárias da CCM ao longo de 2006. Neste fórum, a SAIN participou de diversos temas, com destaque para a regulamentação da Decisão CMC 54/2004 que trata da Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e Distribuição da Renda Aduaneira. Este foi o assunto principal das discussões ao longo de 2006, e os trabalhos concentraram-se no estabelecimento de uma fórmula ou mecanismo para a distribuição da renda aduaneira dos Estados-Parte. Outro tema de importância, com participação da SAIN, foi o estabelecimento de regimes aduaneiros especiais de importação. Ao longo de 2006 foi realizado um levantamento dos regimes de importação existentes nos Estados-Parte e, a partir desse levantamento, estabeleceu-se um conjunto comum de regimes a serem harmonizados.

Ainda na esfera da CCM, foram acompanhados os pleitos de redução tarifária no âmbito da Resolução GMC nº. 69/00 (que regulamenta a redução temporária de alíquotas de importação por razões de desabastecimento). Em 2006, foram apreciados 17 pedidos junto à Secretaria Executiva do Grupo Técnico da Resolução 69/00 (GTAR 69/00):

NCM	Descrição	País de origem	Pleiteante	Resultado
1513.29.10	Óleo de palmiste	Brasil	ABIHPEC	indeferido
2917.37.00	Tereftalato de Dimetila - DMT	Brasil	ABRAFAS	indeferido
0303.71.00	Sardinha	Brasil	CONEP	deferido
6902.20.92	Tijolos silicosos, semi-silicosos ou de sílica	Argentina	SIDERAR SAIC	indeferido
6902.20.10	Tijolos sílico-aluminosos	Argentina	SIDERAR SAIC	mudança definitiva

7410.21.10.	Folha de cobre	Argentina	Ernesto Mayer Mayer S.A. Circuitos Impressos	indeferido
2905.13.00	N-butanol	Brasil	BASF S.A	indeferido
2917.36.00	Ácido Tereftálico Purificado - PTA	Brasil	M&G Polímeros Brasil	deferido preliminarmente
2812.10.11	Tricloreto de fósforo	Argentina	Lestar Química S.A	mudança definitiva
3911.10.20	Resina de petróleo	Argentina	HB Fuller Argentina SAIC	deferido
2836.20.10	Carbonato Dissódico Anidro - Barrilha	Brasil	ABIVIDRO	deferido
8545.90.90	Blocos catódicos	Brasil	ABAL	deferido
0303.71.00	Sardinha (aumento de cota)	Brasil	SEAP	deferido
3004.90.79	Tacrolimus	Argentina	Gador S.A	indeferido
2836.20.10	Carbonato Dissódico Anidro - Barrilha	Brasil	ABIPLA	deferido

- **Grupo Mercado Comum (GMC):** As Coordenações-Gerais participaram de 6 (seis) Reuniões Ordinárias do GMC. Neste grupo, a atuação concentrou-se no acompanhamento dos temas em discussão no âmbito da CCM, que foram elevados ao GMC para aprovação em nível político. Dentre esses assuntos de maior relevância para esta pasta, destacam-se temas aduaneiros e de comércio intrazona, tais como: Medidas Especiais de Importações de Produtos Originários de outro Estado-Parte, Regimes Aduaneiros Especiais, tendo como foco os regimes comuns para Bens de Informática e Telecomunicações (BITs) e Bens de Capital (BK). Foi finalizada, também, a regulamentação da primeira fase do processo de Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e Distribuição da Renda Aduaneira, bem como do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).
- **Conselho do Mercado Comum (CMC):** No que diz respeito ao Conselho do Mercado Comum (CMC), foi realizada uma (uma) reunião do CMC em 2006, em Córdoba, Argentina, e uma reunião de Ministros da Economia e da Fazenda dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL, no Rio de Janeiro, Brasil. Em ambas, as duas Coordenações atuaram no fornecimento de aportes técnicos para a atuação do Secretário de Assuntos Internacionais.

Lista de Exceções à TEC

Cabe destacar a participação das duas Coordenações-Gerais nas discussões para modificações pontuais da tarifa externa, com destaque para as alterações da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), que resultaram na publicação das Resoluções CAMEX nº. 4, de 22.02.2006 publicada no D.O.U. de 07/03/2006 (1ª Revisão de 2006) e na Resolução CAMEX nº. 23, de 08.08.2006, publicada no D.O.U. de 15.08.2006 (2ª Revisão de 2006). As revisões da Lista de Exceções ocorrem semestralmente (em janeiro e julho de cada ano) e a SAIN/MF teve participação ativa nas discussões interministeriais tanto por meio da elaboração de notas técnicas quanto pela participação nas reuniões deliberativas junto à CAMEX (com destaque para a defesa da manutenção da rebaixa tarifária de 15 produtos siderúrgicos, os quais foram incluídos na Lista de Exceções à pedido do Ministério da Fazenda).

Negociações Externas

Nos últimos anos, o MERCOSUL tem participado em um grande número de negociações comerciais bilaterais ou bi-regionais. Somente no período 2005-2006, o Bloco atuou em 26 diferentes negociações, conforme lista abaixo:

- i) MERCOSUL - União Européia
- ii) MERCOSUL - Canadá
- iii) MERCOSUL - México
- iv) MERCOSUL - Bolívia
- v) MERCOSUL - Chile
- vi) MERCOSUL - Peru
- vii) MERCOSUL - Colômbia, Equador e Venezuela
- viii) MERCOSUL - República Dominicana
- ix) MERCOSUL - Panamá
- x) MERCOSUL - Guatemala
- xi) MERCOSUL – Comunidade Andina (CAN)
- xii) MERCOSUL – *Caribbean Community* (CARICOM)
- xiii) MERCOSUL - Cuba
- xiv) MERCOSUL - Japão
- xv) MERCOSUL - China
- xvi) MERCOSUL - Coreia
- xvii) MERCOSUL - Índia
- xviii) MERCOSUL – *South African Customs Union* (SACU)
- xix) MERCOSUL - SACU – Índia
- xx) MERCOSUL – Sistema de Integração Centro-Americano (SICA)
- xxi) MERCOSUL - Egito
- xxii) MERCOSUL – Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)
- xxiii) MERCOSUL - Marrocos
- xxiv) MERCOSUL – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- xxv) MERCOSUL - Paquistão
- xxvi) MERCOSUL - Israel

Negociação entre o MERCOSUL e União Européia - UE

Trata-se de um processo negociador cujas raízes remontam a 1995. Em 2006 ocorreram 3 encontros entre as duas partes da negociação: Buenos Aires e Bruxelas no primeiro semestre e Rio de Janeiro no segundo semestre. Devido a restrições orçamentárias a SAIN só

pode comparecer à reunião realizada no Rio de Janeiro. No primeiro semestre de 2006 o MERCOSUL apresentou aos europeus um documento com elementos para um possível acordo.

A UE, após insistência do MERCOSUL, enviou, em abril, um documento de reação sintetizando as demandas apresentadas no curso do processo negociador, com especial atenção para Produtos Agrícolas Processados (PAPs), Bens Industriais (sobretudo automotivo), Serviços e Indicações Geográficas.

Na reunião realizada no Rio de Janeiro, novembro de 2006, a UE deixou claro que apenas se interessaria por um acordo ambicioso teria que consultar os países que compõem a União Europeia (seus “Constituencies”) O MERCOSUL aguarda as concessões do lado europeu para avançar no processo negociador, além de salientar seus movimentos anteriores como indicativos de sua vontade – como a atenção de demandas dos europeus em diversas áreas de Serviços e Investimentos. As negociações deverão ser retomadas no início de 2007.

Demais Negociações externas em curso

Ao longo de 2006, as seguintes negociações foram priorizadas, principalmente a partir do segundo semestre (Presidência Pro Tempore do Brasil no MERCOSUL): MERCOSUL-Israel (3 reuniões em Brasília); MERCOSUL-Índia (2 reuniões em Brasília); MERCOSUL-CCG (3 reuniões em Brasília); MERCOSUL-SACU (2 reuniões em Brasília) e MERCOSUL-Paquistão (3 reuniões em Brasília). Tais negociações visam ao estabelecimento de acordos de preferências tarifárias, ao aprofundamento de preferências já existentes ou à assinatura de acordos de livre comércio.

A SAIN/MF participou ativamente das reuniões interministeriais de coordenação dessas negociações, encaminhando técnicos para as discussões, elaborando relatórios e subsidiando o MRE com comentários aos textos em negociação. Em virtude de limitações de ordem orçamentária, a SAIN optou por não encaminhar técnicos às reuniões de negociação que foram realizadas no exterior, somente participando dos encontros ocorridos no Brasil. No entanto, mesmo quando as reuniões foram realizadas no exterior, a Secretaria manteve estreita interlocução com o MRE de forma a manter-se continuamente a par do processo decisório dessas negociações.

Organização Mundial do Comércio - OMC

O atual “mandato” negociador da OMC, Rodada Doha, iniciou-se em 2001. A previsão inicial era de conclusão até o final de 2004. Contudo, dado o entrave que ocorreu na reunião ministerial de Cancun (2003), as negociações só foram retomadas em julho de 2004 (pacote de julho). A partir de então, a velocidade das negociações foi acelerada de modo a permitir a conclusão da Rodada até o final de 2006. Este limite foi estabelecido devido a limitações do Governo norte americano, pois em meados de 2007 expira a *Trade Promotion Authority* (TPA), autorização do Congresso dos EUA para o Executivo negociar acordos comerciais. Sem a TPA, os acordos comerciais efetuados pelo Governo americano poderão ser emendados pelo Congresso, tornando muito difícil a aceitação de um acordo da OMC.

Após uma intensificação dos trabalhos durante o ano de 2005, foi realizada uma reunião ministerial em dezembro de 2005 (Hong Kong). Os trabalhos tinham sido acelerados em todas as áreas negociadoras, de modo a definir as chamadas “modalidades” da negociação para que os Ministros pudessem, em Hong Kong, definir os ajustes finais (que efetivamente definem a ambição dos acordos) e o balanceamento entre as diversas áreas.

Contudo, não foi alcançado consenso em Hong Kong, e a declaração final dos Ministros foi genérica e não indicou os parâmetros de equilíbrios entre as áreas negociadas. Desta forma, as negociações retornaram à Genebra. Depois de Hong Kong, durante os seis meses seguintes, foram realizadas diversas reuniões técnicas e políticas para se chegar a algum consenso a respeito das modalidades, principalmente na questão do equilíbrio entre elas. Com a constatação das dificuldades envolvidas e da incapacidade das negociações avançarem sem um reposicionamento de diversos atores envolvidos, o Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, declarou “suspensas” as negociações da Rodada Doha, até que novos elementos fossem apresentados de forma a indicar a possibilidade de um acordo.

Durante o resto do ano de 2006, as negociações técnicas foram suspensas. Apesar disso, foram realizadas diversas reuniões de altos representantes de delegações chaves. Até o final de 2006 as negociações não haviam sido retomadas.

A Secretaria acompanhou as negociações de 3 (três) principais áreas: Acesso a Mercados em Bens Não-Agrícolas; Serviços e Investimentos⁶; e Regras. Para tanto, participou de reuniões governamentais no Brasil e acompanhou as negociações em Genebra como membro das delegações brasileiras nos grupos negociadores específicos.

Acesso a Mercados em Bens Não Agrícolas - NAMA

Em NAMA (sigla em inglês para Acesso a Mercados em Bens Não Agrícolas), a SAIN participou ativamente de todo o processo negociador interno (Brasil). Dada a relevância e abrangência da área (compreende todos os produtos, à exceção dos agrícolas) foram realizadas diversas análises sobre as potencialidades e restrições do Brasil, assim como as possíveis consequências das propostas discutidas em Genebra.

O Ministério da Fazenda atuou fortemente no tema NAMA devido à percepção dos benefícios potenciais que a negociação do tema poderia trazer ao país. Para construção e defesa de seu posicionamento, a Secretaria passou a acompanhar regularmente todas as reuniões de NAMA, dentro do Governo brasileiro e no Grupo Negociador em Genebra. Através da SAIN, o Ministério da Fazenda apresentou propostas negociadoras e continua como importante agente na definição das posições brasileiras neste tema. Além de diversas reuniões internas ocorridas ao longo de 2006, a SAIN enviou representantes para as três reuniões que ocorreram em Genebra no primeiro semestre do ano.

Grupo Negociador de Regras - GNR

Cumprindo o mandato da Rodada Doha, as negociações em Regras se concentraram nos temas de subsídios, subsídios à pesca e medidas *antidumping*. Ao longo de 2006 a SAIN participou de 3 (três) reuniões do Grupo de Regras, nas quais foram discutidas disciplinas adicionais para esses temas, em continuidade aos trabalhos de 2005. Em todos os trabalhos, o foco principal da negociação foi aprimorar ou aperfeiçoar as disciplinas que resultaram da Rodada Uruguai (1992).

Para *antidumping* e subsídios há um grande número de temas em discussão, cujo grande objetivo, em sua maior parte, é criar novas regras sobre pontos dos referidos acordos que necessitam de esclarecimentos adicionais ou sobre aspectos que até o momento ainda não

⁶ Os temas relativos a Serviços e Investimentos na OMC são acompanhados pela Assessoria sobre Serviços, Investimentos e Compras Governamentais - ASIC (vide tópicos 1.4.1. A.2 e 1.4.1. A.3).

havam sido discutidos. Nestes dois temas, a SAIN participou com a apresentação de sugestões, estudos e críticas diversas, sobretudo nas reuniões internas de coordenação.

Em subsídios à pesca, o Grupo de Regras trabalhou na criação de disciplinas em um tema que ainda não havia sido negociado com profundidade na OMC. Avançou-se na discussão desse tema, a partir de um texto base do Brasil, aprimorado ao longo do ano com contribuições de diversos Estados. Esse texto foi inicialmente apresentado pelo Brasil, a partir de discussões internas nas quais a SAIN participou ativamente, uma vez que esse é um setor que recebe grande quantidade de recursos governamentais.

Em 2006 a negociação do Grupo de Regras avançou consideravelmente e aguardava-se a montagem de um primeiro rascunho do novo texto para o início do segundo semestre. Entretanto, ao final do primeiro semestre a negociação foi interrompida, por conta dos impasses na discussão de Bens Agrícolas. Como resultado, as reuniões do segundo semestre não se realizaram e o novo rascunho de texto não chegou a ser apresentado.

Metas Previstas

Anexo XIII

Unidades: MF/SAIN/Coordenação-Geral de Integração Comercial e
Coordenação-Geral de Políticas Comerciais

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais, além de outras reuniões internas relacionadas a temas de comércio exterior.

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações relacionadas a temas de comércio exterior com governos, instituições internacionais e outros órgãos do Governo brasileiro, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nessas negociações.

Responsáveis pelos Dados:

Vera de Figueiredo Malta

Marden de Melo Barboza

Erivaldo Alfredo Gomes

Data: 31/12/2006

Cargo: Secretária-Adjunta

Cargo: Coordenador-Geral de Políticas Comerciais

Cargo: Coordenador-Geral de Integração Comercial

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (para o exercício corrente/por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º
1 - OMC - Grupo Negociador de Acesso a Mercados (NAMA)	Unidade	2	1	2	1
2 - OMC - Grupo Negociador de Regras (GNR)	Unidade	1	2	2	2
3 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias - CT-1 (Reuniões)	Unidade	1	2	3	2
4 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas - CDCS (Reuniões)	Unidade	1	2	1	2
5 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM (Reuniões)	Unidade	1	3	3	3
6 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum - GMC (Reuniões)	Unidade	0	3	1	2
7 - MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade	0	1	0	1
8 - Negociações Birregionais MERCOSUL / União Européia (Reuniões)	Unidade	0	0	0	1
9 - Demais Negociações Externas do Mercosul (Reuniões ocorridas em Brasília)	Unidade	0	0	7	6



Ministério da Fazenda
Secretaria de Assuntos Internacionais

10 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - GECEX	Unidade	2	2	3	2
11 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade	1	1	3	1
12 - Reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade	0	5	1	1
13 - Acompanhamento de Processos de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade	0	2	1	2

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

Metas Realizadas

Anexo XIV

Unidade: MF/SAIN/ Coordenação-Geral de Integração Comercial e
Coordenação-Geral de Políticas Comerciais

Processo Gerencial Finalístico: Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

Sinopse do Objeto: Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

Responsáveis pelos Dados:

Vera de Figueiredo Malta **Cargo:** Secretária Adjunta
Marden de Melo Barboza **Cargo:** Coordenador-Geral de Políticas Comerciais
Erivaldo Alfredo Gomes **Cargo:** Coordenador-Geral de Integração Comercial
Data: 31/12/2006

DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES-FIM	UNIDADES DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE)			
		1º	2º	3º	4º
1 - OMC - Grupo Negociador de Acesso a Mercados (NAMA)	Unidade (%)	2 (100%)	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)
2 - OMC - Grupo Negociador de Regras (GNR)	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	0 (0%)	0 (0%)
3 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias - CT-1 (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	3 (100%)	2 (100%)
4 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas - CDCS (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	2 (100%)	0 (0%)	0 (0%)
5 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM (Reuniões)	Unidade (%)	1 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
6 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum - GMC (Reuniões)	Unidade (%)	0 (100%)	3 (100%)	1 (100%)	2 (100%)
7 - MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade (%)	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
8 - Negociações Birregionais MERCOSUL / União Européia (Reuniões)	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
9 - Demais Negociações Externas do MERCOSUL (reuniões ocorridas em Brasília)	Unidade (%)	0 (100%)	0 (100%)	7 (100%)	6 (100%)



Ministério da Fazenda
Secretaria de Assuntos Internacionais

10 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - GECEX	Unidade (%)	2 (100%)	2 (100%)	3 (100%)	2 (100%)
11 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade (%)	1 (100%)	1 (100%)	3 (100%)	1 (100%)
12 - Reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade (%)	0 (100%)	5 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
13 - Acompanhamento de Processos de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade (%)	0 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)

Obs: Todos os itens se referem a negociações.

As metas previstas para o 1º e 3º trimestres de 2006, referentes ao item 1, e as aquelas previstas para o 1º, 2º e 3º trimestres, referentes ao item 2, não foram totalmente atingidas, em virtude de restrições orçamentárias da Secretaria.

2. Gestão Patrimonial

2.1. Bens Móveis e Equipamentos

A SAIN dispõe atualmente de 56 (cinquenta e seis) estações de trabalho em suas dependências, conforme quadro abaixo:

CONTRATANTE	CONTRATADO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
CGRL/SPOA/MF	Microcity Computadores Ltda	Contrato n°. 32/2003	Estações de Trabalho	5
		Termo aditivo do contrato n°. 32/2003		35
		Contrato n°. GRA-MG 23/2005		7
		Contrato n°. GRA-CE 100/2005		9
	Investiplan Computadores e Sistemas Ltda	Termo aditivo do contrato n°. 25/2005	Notebook	1
	Serviço de Processamento de Dados-SERPRO		Notebook	2
	Acervo da Secretaria		Notebook	3
	Premier Tecnologia de Informação Ltda	Contrato n°. 28/2006	Impressoras laser colorida, Okidata C7350	2

Esclarecemos que a impressora marca Lexmark, modelo C720, pertencente ao patrimônio do SERPRO, foi devolvida ao próprio SERPRO através de ocorrência registrada junto à CAS – Central de Atendimento do SERPRO. A outra impressora da mesma marca e modelo foi retirada da Secretaria pela empresa Nova Data, por motivo de vencimento de contrato.

3. Gestão de Recursos Humanos

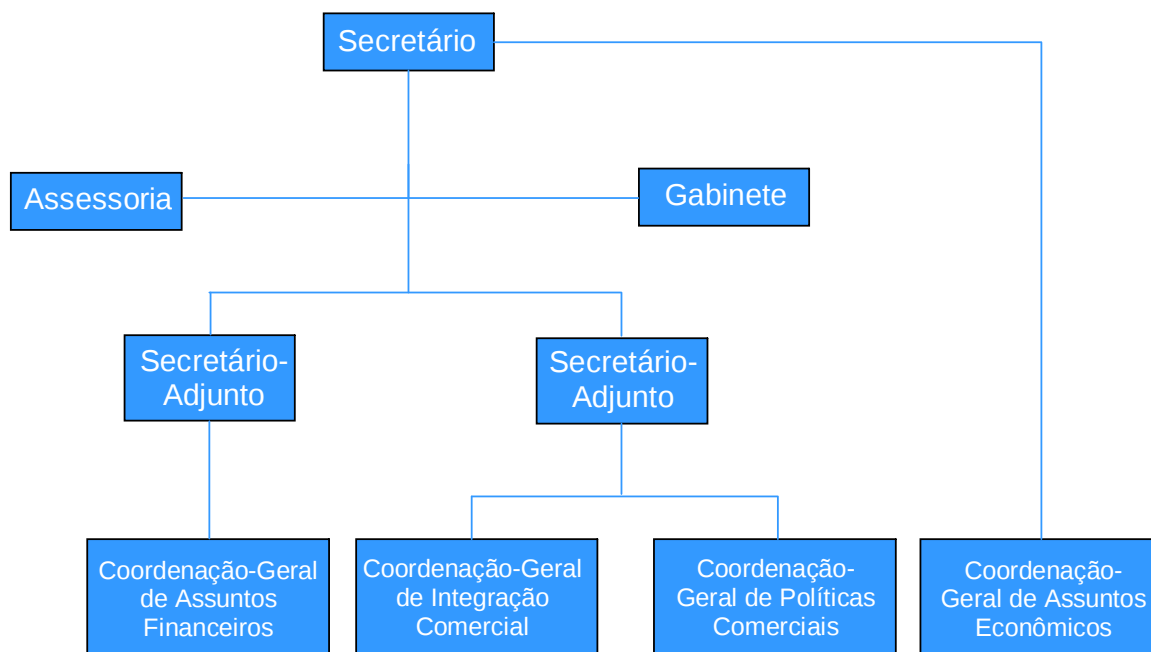
A SAIN em 2006 contava com um quadro de 50 (cinquenta) funcionários, sendo 7 (sete) do quadro efetivo do Ministério da Fazenda; 12 (doze) requisitados entre Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); 13 (treze) cedidos do Banco do Brasil S.A. (BB), do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Central do Brasil (BACEN); 5 (cinco) sem vínculo; 9 (nove) empregados terceirizados e 4 (quatro) estagiários.

Dentre estes 50 (cinquenta) funcionários são 33 (trinta e três) servidores de detêm cargos comissionados, sendo, o quantitativo de 27 (vinte e sete) desempenhando função em cargos do Grupo Direção e Assessoramentos Superiores – DAS e 6 (seis) com Função Gratificada. – FG.

Quanto ao detalhamento dos valores pendentes de ressarcimento, relativo aos servidores cedidos ou requisitados, não há qualquer valor pendente de ressarcimento.

Conforme alínea “C” (iii e iv), do item 3.3.3.4 da Portaria CGU 555/2006.

A Estrutura Organizacional da SAIN é composta por 1 (uma) equipe de Gabinete, 1 (uma) Assessoria, 2 (dois) Secretários-Adjuntos, 4 (quatro) coordenações-gerais, sendo, a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros (COAFI), Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT), Coordenação-Geral de Políticas Econômicas (COPOL) e Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos (CAECO)



Em março de 2006, foi apresentada proposta de redesenho organizacional em razão do pedido de ampliação da sua estrutura funcional decorrente da transferência das atividades relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação – SCE, antes desempenhadas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.. Tal mudança foi amparada pela publicação da Lei 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, e da Portaria MF nº. 416, de 16 de dezembro de 2005, deste Ministério da Fazenda.

Baseado nas novas atribuições da Secretaria, a citada proposta envolveu a criação de 11 (onze) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, a saber:

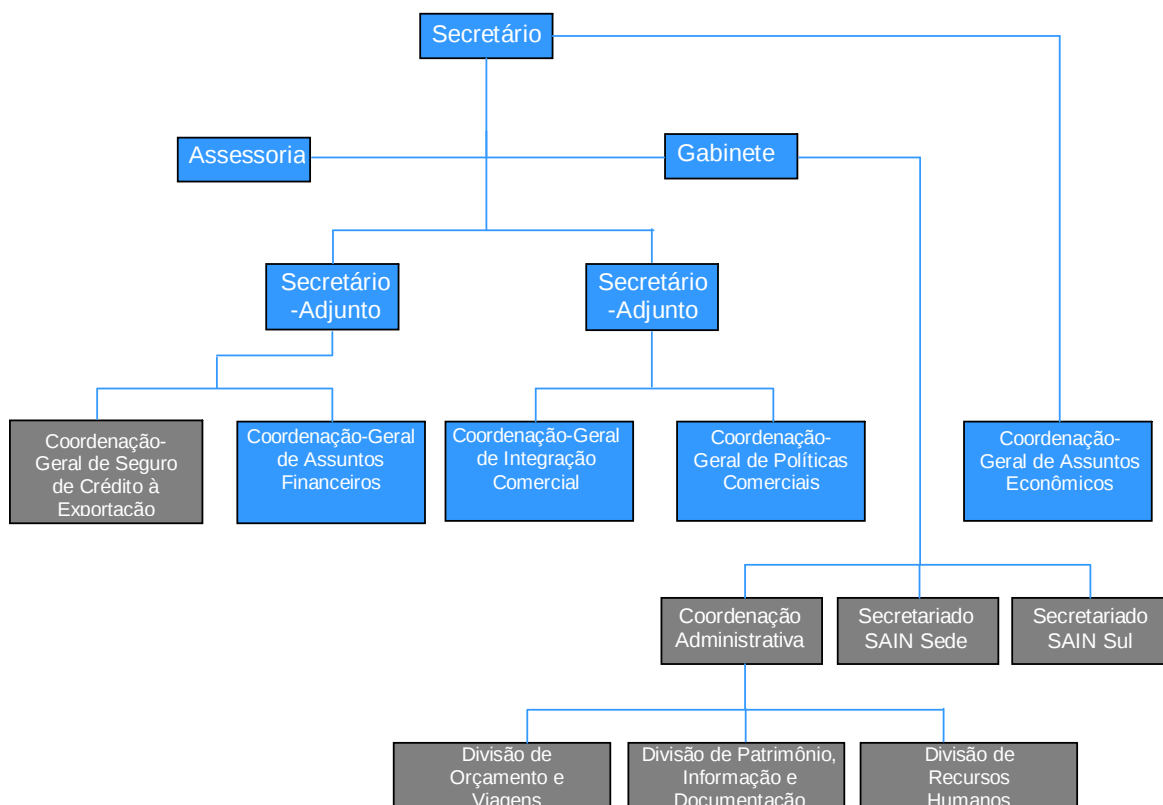
- 1 (um) DAS 102.4 (Assessor)
- 1 (um) DAS 101.4 (Coordenador-Geral)
- 4 (quatro) DAS 101.3 (Coordenadores)
- 5 (cinco) DAS 102.2 (Assistentes Técnicos)

A distribuição dos cargos está centrada na criação de uma Coordenação-Geral (1 DAS 101.4), 3 (três) Coordenações (3 DAS 101.3), cujas denominações seriam as seguintes: Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação, Coordenação de Operações Cobertas,

Coordenação de Orçamento e Informações e Coordenação de Indenizações e Recuperações. Estas Coordenações contariam, no total, com o apoio de 5 (cinco) Assistentes Técnicos (DAS 102.2). Adicionalmente, tornou-se necessário agregar ao Gabinete da Secretaria 1 (um) Assessor (DAS 102.4) para assessoramento nos assuntos pertinentes ao Seguro de Crédito à Exportação – SCE.

A transferência dessas atribuições acarretou em incremento das atividades de logísticas desenvolvidas pela área administrativa da SAIN, bem como o aumento do volume de documentos em circulação, fazendo-se necessárias a criação de uma Coordenação Administrativa (1 DAS 101.3) e a substituição de 3 (três) Assistentes Técnicos (DAS 102.2) por 3 (três) Chefes de Divisão (DAS 101.2).

Com a aprovação dos cargos, a nova estrutura terá a seguinte apresentação:



Por outro lado, ao longo do processo foi enfatizado que a rejeição da proposta de ampliação da estrutura implicará nas seguintes consequências:

- Prejudicar a condução dos serviços do seguro de crédito à exportação pela morosidade na análise das operações, impactando as exportações brasileiras;
- Retardar as providências necessárias para a recuperação de crédito indenizados;
- Criar gargalos não desejados, em função da impossibilidade de atender a demanda em tempo hábil, o que poderá gerar pressões do setor exportador sobre a SAIN e, consequentemente, sobre o Ministério da Fazenda; e
- Expor indevidamente o Ministro da Fazenda perante seus pares na CAMEX e o próprio Presidente da República que

A publicação do Decreto nº 5.949, de 31 de outubro de 2006, atendeu parcialmente a SAIN com a nomeação de 4 (quatro) cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores – DAS, sendo 2 (dois) DAS 101.3 e 2 (dois) DAS 102.2.

Em novembro de 2006, encaminhamos para a Secretaria-Executiva exposição de motivos sobre a necessidade de se promover ações para disponibilizar os 7 (sete) cargos necessários para completar a estrutura funcional da SAIN.

3.1. Ações de Valorização do Servidor

A SAIN participou do Programa 2006 de Premiação de Desempenho Funcional, promovido pela Subsecretaria de Planejamento e Gestão – SPOA indicando 2 (dois) servidores que foram homenageados pelo bom desempenho funcional.

Intensificamos o treinamento e a atualização da equipe técnica da SAIN, procurando aprimorar o nível de qualificação de seus servidores com o objetivo de cumprir as diretrizes traçadas pelo Gestor e cumprir suas competências regimentais. Durante o ano de 2006, a Secretaria disponibilizou os seguintes treinamentos, cursos e seminários:

1. “Curso Prático de Modelagem em Equilíbrio Geral” promovido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas–FIEPE: (2);
2. “Seminário de Gestão Econômica”, promovido pelo Ministério de Comércio da China: (2);
3. “Seminário de Comércio de Investimento para os Países da América Latina”, promovidos pelo Ministério de Comércio da China: (1);
4. Seminário de Normas Técnicas de Comércio para os Países de Língua Portuguesa”, promovido pelo Ministério de Comércio da China: (1);
5. “Seminário JBIC” - promovido pela Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA: (1);
6. “Seminário de Políticas Econômicas”– promovido pelo Ministério da Fazenda do Japão: (1); “Gestão de Patrimônio”– promovido pela Coordenação de Recursos Logísticos – COGRL: (3);
1. “Programação e Políticas Financeiras” - promovidas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI: (1);
2. “Legislação Aplicada e Logística de Suprimentos”: (1);
3. “Tendências em Gestão de Pessoas no Setor Público”: (2);
4. “Legislação de Pessoal como Instrumento de Gestão”: (2);
5. “Ética e Serviço Público a Distância” – promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP: (1);
6. “III Semana de Administração Orçamentária e Financeira”; promovido pela Escola de Administração Fazendária – ESAF e Secretaria do Tesouro Nacional – STN: (4);
7. “SIAFI Gerencial Virtual”: (3);
8. “Excel 2000 à distância” promovido pela Secretaria do Tesouro nacional – STN (6); “Ética como Instrumento de Gestão”; promovido pela Escola de Administração Fazendária – ESAF: (1);
9. “Ética Corporativa”– promovido pelo Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE e Correio Brasiliense: (7);
10. “Curso de Avaliadores da Gestão da Ética” - promovido pela Comissão de Ética da Presidência da República: (1);
11. “IX Curso de Contabilidade Pública”: (1);

12. “XXV Curso sobre SIAFI Operacional”: (1);
13. “Lei de Responsabilidade Fiscal”– promovidos pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP: (1);
14. “Gestão de Arquivo” – promovido pela Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos: (4);

3.2. Terceirização de Mão de Obra

Para minimizar a falta de pessoal de apoio, em virtude de não ter havido concurso para esta categoria, a SAIN contou com 9 (nove) empregados terceirizados, na qualidade de auxiliares, contratados junto à Empresa Ravelle Ltda, até 30 de novembro de 2006, e a partir de 01 de dezembro de 2006 junto à Empresa Ágil Serviços Especiais Ltda., pela Coordenação-geral de Recursos Logísticos – COGRL da SPOA.

Em relação aos itens 12 e 13 do anexo II da DN-TCU 81/2006, não é de competência da Unidade Jurisdicionada – UJ.

3.3. Ações Disciplinares - Correcionais

1. Processo Administrativo Disciplinar nº. MF/12120.000132/2005-77

Em razão da determinação do Relatório de Auditoria nº. 166007, de 08 de dezembro de 2005, referente ao acompanhamento de gestão desta Secretaria de Assuntos Internacionais, realizada no período de 01 de janeiro a 30 de novembro de 2005, foi instaurado o Processo Administrativo Disciplinar nº. 12120.000132/2005-77 e foram designados servidores da Corregedoria de Ética Disciplinar da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA para presidir a Comissão do PAD, conforme Portaria MF Nº. 18, de 15 de dezembro de 2005.

Em 09 de junho de 2006, foi apresentado o Relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar sugerindo ao Gestor penalidades para os servidores arrolados no processo investigatório. Desses, 3 (três) são cedidos pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e 1 (um) do quadro funcional do Ministério da Fazenda.

Atendendo recomendação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, encaminhamos cópia das peças que compõem o referido processo disciplinar ao SERPRO, visto tratarem-se de funcionários regidos por legislação diferenciada do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, que não podem ser submetidos às imposições disciplinares previstas na Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Ao servidor do Ministério da Fazenda foi aplicada a respectiva penalidade.

Foi remetida a reprodução integral do processo em questão ao Ministério Público Federal em cumprimento ao Parágrafo Único do Artigo 153 da Lei 8.112/90.

2. Processo de Sindicância nº. MF/12120.000330/2006-11

Foi instaurado no âmbito desta Secretaria de Assuntos Internacionais o Processo de Sindicância nº. MF/12120.000330/2006-11, para averiguar o furto do “noteboock”, marca Toshiba, Modelo Satélite, número de série 22058070C-1, patrimônio número 0000328477, ocorrido no Rio de Janeiro (RJ), após apresentação feita por um de nossos técnicos durante o evento “Reunião de Ministros da Fazenda dos Estados Parte e Associados MERCOSUL”, ocorrido em 01 de setembro de 2006.

A Comissão de Sindicância, com sede em Brasília, Distrito Federal, foi designada pela Portaria nº. 37, de 28 de dezembro de 2006, sendo formada pelos servidores FERNANDO COPPE ALCARAZ, JOSÉ EDUARDO ÀVILA e ROBÉRIO CARLOS.

Conforme alínea “B”, item 3.3.3.4 da Portaria CGU 555/2006.

4. Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços

4.1. Custos/Gastos em Contratações

As dotações orçamentárias referentes às Ações: 4479 – Assistência Técnica em Assuntos Internacionais (Plano Interno ASSISTESAIN) e 2272 – Gestão e Administração do Programa (Plano Interno: SAINGAP), no exercício sob análise, foi de R\$ 1.232.600,00 (Um milhão duzentos e trinta e dois mil e seiscentos reais), destinados a Despesas Correntes e de Capital, de acordo com a Lei nº. 11.100 (Lei Orçamentária Anual – LOA, de 17 de maio de 2006, bem como provisão recebida da SPOA/SE/MF, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a título de complemento para custeio da Secretaria de Assuntos Internacionais.

As despesas no exercício de 2006 para manutenção da ação “Assistência Técnica em Assuntos Internacionais”, conforme consta nas Demonstrações Contábeis, a seguir:

Programa: 1266 – Gestão da Política Econômica
Ação: 4479 – Assistência Técnica em Assuntos Internacionais

Dotação Autorizada	Executado
870.797,00	805.451,56

Natureza da Despesa		Valor Executado
339014	Diárias - Pessoal Civil	337.150,43
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	461.616,41
339093	Indenizações e Restituições	6.684,72
Total		805.451,56

Programa: 1266 – Gestão da Política Econômica
Ação: 2272 – Gestão e Administração do Programa

Dotação Autorizada	Executado
361.803,00	2.755,32

Natureza da Despesa		Valor Executado (R\$)
339014	Diárias - Pessoal Civil	1.421,21
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	1.334,11
Total		2.755,32

Programa: 0750 – Apoio Administrativo
Ação: 2000 – Administração da Unidade

Provisão Recebida	Executado
100.000,00	71.328,71

Natureza da despesa		Valor Executado (R\$)
339014	Diárias - Pessoal Civil	22.315,13
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	49.013,58
Total		71.328,71

Recursos executados pela Unidade Gestora 170191- SAIN-MF, por natureza de despesa, incluindo todas as ações.

Natureza da Despesa		Total	%
339014	Diárias - Pessoal Civil	360.886,77	41,03
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	511.964,10	58,21
339093	Indenizações e Restituições	6.684,72	0,76
Total Global		879, 535,59	100

A Secretaria priorizou os serviços relevantes a custos economicamente viáveis, especialmente no que tange às despesas com deslocamento a serviço de servidores, diárias nacionais, internacionais e passagens aéreas.

A despesa realizada alcançou, na UG 170191, o montante de R\$ 879.535,59 (oitocentos e setenta e nove mil quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), foram descentralizados via SPOA/SE/MF, o valor de R\$ 431.763,25 (Quatrocentos e trinta e um mil setecentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos) para a UG 170016, Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/SPOA/MF.

Compras

As passagens aéreas foram adquiridas através do contrato nº. 041/2004, firmado pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da SPOA/MF, com a empresa TRIPS Passagens e Turismo Ltda, conforme contrato nº. 041/2004.

Em relação ao item 11 do anexo II da DN-TCU 81/2006, não houve gastos com Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal no exercício de 2006.

A aquisição de bens e serviços no exercício destinou-se estritamente à manutenção das atividades da Secretaria e, em sua maioria, o recurso foi descentralizado para aquisição através da COGRL/SPOA.

Serviços

Houve descentralização de recursos para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da SPOA para pagamento de assinatura de periódicos e outros serviços, tais como gastos com terceirizados, Mídia Impressa, Tim Celular, Locação de Computadores e reforma da Secretaria de Assuntos Internacionais, localizada no edifício Órgãos Regionais.

4.2. Custos/Gastos com Convênios e Parcerias

Não houve transferência de recursos mediante convênios, ajuste, termo de parcerias ou outros instrumentos congêneres, nem a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

4.3. Gestão dos Estoques

A SAIN não dispõe de estoques de materiais e as aquisições foram demandadas diretamente para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL e destinaram-se, exclusivamente, ao consumo imediato.

5. Controles da Gestão

Demandas de Comissões Parlamentares, Diligências emanadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU e/ou recomendações formuladas pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC em Relatório de Auditoria referente ao exercício de 2006.

5.1. Controles Externos

Em relação ao item 15, do anexo II da DN-TCU 81/2006, não houve instauração de Tomadas de Contas Especiais - TCE no exercício de 2006.

Quanto ao item 16, do anexo II da DN-TCU 81/2006, não tivemos diligências e/ou recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU no exercício de 2006.

5.2. Controles Internos

Atendemos as recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC objeto da Auditoria de Avaliação de Gestão do exercício de 2005, conforme “Plano de Providências” encaminhado com cópia de toda a documentação que subsidiaram as afirmações a respeito dos procedimentos implementados por esta Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN (vide Ofício nº. 788/2006/SAIN/GABIN/MF, de 09 de novembro de 2006).

Conforme alínea “A”, item 3.3.3.4 da Portaria CGU 555 de 28 de dezembro de 2006.

6. Gestão Operacional

6.1. Gerenciamento de Processos Operacionais

A recomendação da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC de deixar claro no Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento – SIGPLAN a responsabilidade dos gestores desta Unidade foi atendida com a indicação do titular da Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN como coordenador da ação “4479 - Assistência Técnica em Assuntos Internacionais”, com base em Portaria do Ministério da Fazenda de 19 de novembro de 2004.

6.2. Avaliação dos Resultados

Temos manifestado que o Manual de Elaboração de Programas da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP não prevê o desenvolvimento de indicador para programas de Gestão Pública, a exemplo da ação “*Assistência Técnica em Assuntos Internacionais*” desenvolvida pela Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN.

O Relatório de Gestão da SAIN contém indicadores de eficácia relacionados às suas atividades que com a alocação de custos para esses referenciais seria possível desenvolver outros que se destinassem a determinar a eficiência e economicidade do programa.

Dada a diversidade e complexidade das atividades que envolvem a atuação da Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN buscou-se apoio para cessão de servidores com competência própria que o trabalho dessa monta exige, sem sucesso.

Para atender a recomendação do Relatório de Auditoria nº 160037/2004 da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, a matéria foi encaminhada para a Secretaria-



Ministério da Fazenda
Secretaria de Assuntos Internacionais

Executiva do Ministério da Fazenda, pela condição de Coordenadora do Projeto de Modernização da Gestão do Ministério da Fazenda, solicitando o exame da contratação de mão-de-obra especializada, a exemplo da Fundação Getúlio Vargas, ou outra solução que permita atender a demanda.

LUIZ EDUARDO MELIN
Secretário de Assuntos Internacionais

ANEXO I

Valores pagos relativos às diárias iniciadas no final de semana, conforme alínea “D” do item 3.3.3.4 da Portaria 55/2006.

REQ	I/N	LOCAL	PERÍODO UTILIZADO	DIÁRIAS		EVENTOS	SERVIDOR/CPF
				Nº	VALOR		
2	N	SÃO PAULO	13/01/06 à 13/01/06	0,5	136,59	BACEN/FIESP	LUIZ AWAZU 667.367.307-91
7	I	CUBA	21/01/06 à 25/01/06	3,5	2.270,40	FINANCIAMENTO DE EXPORTAÇÕES CUBANAS	LUIZ FERNANDO 688.045.557-34
8	I	CUBA	21/01/06 à 25/01/06	3,5	2.450,67	FINANCIAMENTO DE EXPORTAÇÕES CUBANAS	LUIZ AWAZU 667.367.307-91
26	I	SUIÇA	25.02.06 à 05.03.2006	8,0	5.766,40	ACESSO A MERCADOS DE PRODUTOS NÃO AGRÍCOLAS	VERA MALTA 119.928.671-00
29	I	TÓQUIO/JAPÃO	25/02/06 à 02/03/06	6,0	5.141,96	REUNIAO DO G-20 WORKSHOP IB REFORMOF BRETTON	BRUNO SARAIVA 344.208.351-68
36	N	RIO DE JANEIRO	10/3/06 à 10/03/06	0,5	121,84	GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE CONJUNTURA DO IPEAS-RJ	CARLOS HENRIQUE 226.015.201-59
37	I	GENEVBRA	11/03/06 à 23/03/06	8,0	5.659,20	REGRAS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO	FLÁVIA HELENA 470.844.483-49
38	I	AUSTRÁLIA/C HINA	17/03/06 à 27/03/06	9,0	6.453,23	G-20 E ACOMPANHAR VICE PRESIDENTE	LUIZ AWAZU 667.367.307-91
49	N	SÃO PAULO	10/3/06 à 10/03/06	0,5	109,47	FIESP	GLAUCO AVELINO 605.648.221-91
52	I	SUIÇA	18/03/06 à 26/03/06	8,0	5.431,60	NAMA	RAFAEL QUIRINO 791.778081-34
55	N	BELO HORIZONTE	01/04/06 à 05/04/06	4,5	700,92	ASSEMBLEIA DE GOVERNADORES BID	MARCOS GUIMARÃES 398.626.591-87
56	N	BELO HORIZONTE	01/04/06 à 04/04/06	3,5	559,83	ASSEMBLEIA DE GOVERNADORES BID	BRUNO SARAIVA 344.208.351-68
58	I	GENEVBRA/ BRUXELAS/ PARIS	25/03/06 à 16/04/06	21,0	14.896,32	OMC/OCDE/BM	HENRI KISTLER 999.039.117-34
62	N	BELO HORIZONTE	01/04/06 à 04/04/06	3,5	559,83	POSICIONAMENTO FUTURO DA DELEGACAO BRASILEIRA.	AUMARA BASTOS 461.632.121-34
67	I	SUIÇA	15/04/06 à 22/04/06	6,0	4.326,56	OMC	VERA MALTA 119.928.671-00
70	N	RIO DE JANEIRO	07/04/06 à 07/04/06	0,5	136,59	REUNIÃO ANUAL MEETING OF LATIN	LUIZ AWAZU 667.367.307-91
82	I	SUIÇA	29/04/06 à 07/05/06	8	5.615,36	OMC	MARDEM BARBOZA 722.228.406-00
85	I	SUIÇA	06.05.06 à 20.05.06	15,0	9.877,40	NAMA	RAFAEL QUIRINO 791.778081-34
90	I	SUIÇA	03/06/06 à 17/06/06	14	10.634,70	NAMA	VERA MALTA 119.928.671-00
96	I	FRANÇA	17/06/06 à 22/06/06	6,0	4.388,06	Participação da Reunião dos Pontos de Contato da OCDE, em Paris, França nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2006	PEDRO DE ABREU 584.658.631-72
99	I	SUIÇA	10/06/06 à 17/06/06	7,5	5.622,56	Reunião do Grupo de Negociação de Regras da Organização Mundial do Comércio, de 12 a 16 de junho de 2006	FLÁVIA HELENA 470.844.483-49
101	I	SUIÇA	17/06/06 à 25/06/06	8,5	6.423,25	Reuniões da Sessão Especial do Conselho de Serviços da OMC.	ERIVALDO GOMES 489.969.471-72
106	N	RIO DE JANEIRO	07/07/06 à 07/07/06	0,50	89,53	SEMINÁRIO ENAEX	LUCIA SMDT 310.285.861-91
108	N	RIO DE JANEIRO	07/07/06 à 07/07/06	0,50	121,84	SEMINÁRIO ENAEX	ERIVALDO GOMES 489.969.471-72
132	I	ITALIA/ INGLATERRA/FRANÇA/ CINGAPURA/ CHINA	06/9/06 à 24/09/06	19,0	14.742,67	Compromisso Antecipado de Mercado, Asseguradora de Serviços do Comércio Exterior, Reunião do Suplentes do Comitê Monetário e Financeiro Internacional, Seminário do Comércio e Desenvolvimento, Reunião Anual de Fundos Monetários Internacionais e do Banco Internacional e Visita da comitiva de alto nível	LUIZ AWAZU 667.367.307-91
149	N	RIO DE JANEIRO	27/10/06 à 27/10/06	0,5	136,59	Reunião do Grupo de Serviço do Mercosul	LUIZ MELIN 691.850.857-15
160	I	Paris/França	03/12/06 à 10/12/06	8,00	5.747,20	Reunião do Comitê de Investimento da OCDE.	HENRI KISTLER 999.039.117-34
181	I	Inglaterra	15/12/06 à 20/12/06	3,5	2.725,63	Participar da Reunião com o Tesouro Britânico	LUIZ MELIN 691.850.857-15
	N	Rio de Janeiro		2,0	410,88	Participar da Reunião com Armando Mariano - BNDES	
182	N	Rio de Janeiro	22/12/06 à 22/12/06	0,5	143,96	Participar da Reunião no BNDES	LUIZ MELIN 691.850.857-15
				180,0	R\$ 121.401,04		

ANEXO II

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Número do processo:	12120.000132/2005-77			
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☒	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 18		Data: 15 de dezembro de 2005	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do citado processo, bem como, averiguar possíveis infrações conexas.			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa
	☐	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		☒ Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☒	Apenação
	☐	Penalidade Prescrita		☐ Arquivamento
Pena aplicada:	(1) Advertência para o servidor do Ministério da Fazenda, conforme Portaria nº 20, de 19 de outubro de 2006; e (2) encaminhamento das peças do processo ao SERPRO, conforme Ofício nº 737/2006/SAIN/GABIN/MF, de 19 de outubro de 2006, com a sugestão do Gestor para aplicação das penalidades dos funcionários daquele órgão público.			
Remessa dos autos:	☒	MPF (Conforme Ofício nº 736/2006/SAIN/GABIN-MF, de 19 de outubro de 2006.		☐ AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2007.

LUIZ EDUARDO MELIN
Secretário de Assuntos Internacionais

ANEXO III

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Número do processo:	12120.000330/2006-11					
Tipo de processo:	☐	Sindicância Investigativa		☐	Sindicância Acusatória	
	☐	Sindicância Patrimonial		☐	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço	☐	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 37			Data: 28 de dezembro de 2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de "noteboock" ocorrido no Rio de Janeiro (RJ), após apresentação feita por um dos técnicos da SAIN durante o evento "Reunião de Ministros da Fazenda dos Estados parte e Associados do MERCOSUL.					
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa	☒	Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____			☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	☐	Penalidade Prescrita			☐	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2007.

FERNANDO COPPE ALCARAZ